

### Relatório da Administração

ano de 2013, a implementação do 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - 3CRTPD e das 8 concessionárias de distribuição da CPFL Energia. O resultado deste processo ficou em linha com as expectativas da administração, sendo que atualmente todas as empresas do Grupo já incorporaram os novos parâmetros deste novo ciclo. Apesar do cenário setorial adverso, a CPFL Energia obteve resultados importantes. As vendas totais de energia para clientes finais tiveram uma expansão de 4,8% em 2013, totalizando 59.854 GWh. No negócio de distribuição, tivemos uma expansão de 3,1% no consumo dentro da área de concessão do Grupo, atingindo 58.463 GWh. O segmento residencial apresentou expansão de 5,9%, o comercial, de 3,6%, enquanto que o industrial teve crescimento de 2,0%. Destacam-se também as vendas de energia da subsidiária CPFL Renováveis, que apresentou expansão de 61,5%, fruto da franca expansão do portfólio de ativos e da consolidação da liderança no segmento de energias alternativas renováveis. O conjunto de projetos que iniciou sua operação comercial durante o ano de 2013 totalizou 130MW, dos quais 100MW foram de biomassa e 30MW foram de eólicas. Outra frente de avanço foi a implantação da tecnologia *smart grid* nas distribuidoras, que deverá propiciar uma melhor qualidade do serviço prestado aos consumidores e com custos mais baixos. Dos 25.000 medidores inteligentes estimados para esta fase do projeto, cerca de 13.000 já foram instalados. Estes medidores deverão promover um expressivo avanço na forma de se medir o consumo pelos clientes (telemedição) e monitorar a estabilidade da rede de distribuição. Além disso, as equipes de atendimento de campo serão dotadas de sistemas de posicionamento GPS e comunicação de dados em tempo real, propiciando mais agilidade no atendimento e reduzindo custos com deslocamento destas equipes. Do total de aprox. 1.300 equipes de campo, cerca de 400 já trabalham com esta nova tecnologia. Importante mencionar também os resultados das iniciativas de redução de custos anunciadas em 2011, principalmente o Orçamento Base Zero - OBZ. Em bases nominais, as despesas com pessoal, manutenção, serviços de terceiros e outros foram reduzidas em 3,8% desde 2011, comparado com uma inflação média pelo IGP-M de 12,2% no período. Em bases reais, a redução das despesas alcançou 14,9%. É certo que as exigências regulatórias e os desafios de um cenário adverso impõem grandes obstáculos para todo o setor. No entanto, os resultados alcançados pela CPFL Energia nos últimos anos reforçam a estratégia de crescimento do Grupo, calcada principalmente na disciplina financeira sólida e conservadora, no foco nos resultados financeiros e operacionais, na criação de valor para seus acionistas e na excelência do serviço prestado a todos os seus consumidores.

### Conciliação do lucro líquido e EBITDA.

	2013	2012
<b>Lucro Líquido</b>	<b>949.036</b>	<b>1.207.063</b>
Depreciação e amortização	1.055.231	978.926
Resultado financeiro	971.443	577.773
Contribuição social	156.756	178.018
Imposto de renda	413.408	492.919
<b>EBITDA</b>	<b>3.545.873</b>	<b>3.434.698</b>

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 3.546 milhões, um aumento de 3,2% (R\$ 111 milhões), refletindo principalmente a expansão de 0,7% (R\$ 52 milhões) na receita líquida (desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão) e pela redução de 0,68% nos custos com compra de energia elétrica (R\$ 56 milhões), parcialmente compensada pelo aumento de 0,37% (R\$ 7 milhões) nos custos e despesas operacionais, dos quais estão excluídos: o custo com construção da infraestrutura da concessão e os gastos com previdência privada, depreciação e amortização. **Lucro Líquido:** Em 2013, o Lucro Líquido atingiu R\$ 949 milhões, com redução de 21,4% (R\$ 258 milhões), refletindo principalmente: (i) o aumento nas despesas financeiras líquidas (R\$ 394 milhões) e (ii) o aumento nas depreciações e amortizações (R\$ 76 milhões), principalmente pela entrada em operação dos novos empreendimentos de geração da CPFL Renováveis. Esses efeitos foram parcialmente compensados (i) pelo aumento de 3,2% (R\$ 111 milhões) no EBITDA; e (ii) pelo efeito positivo no Imposto de Renda e na Contribuição Social (R\$ 101 milhões). **Dividendo:** A Administração propõe a distribuição de R\$ 931 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.. O valor anual proposto corresponde a R\$ 0,967344326 por ação. Com isso, a companhia supera a distribuição mínima de 50% do lucro líquido, prevista em sua política de dividendos. Descontando o montante de R\$ 363 milhões referentes ao primeiro semestre de 2013 (pagos em 01 de outubro de 2013), o valor a ser pago será de R\$ 568 milhões, equivalente a R\$ 0,59062200 por ação. **Endividamento:** No final de 2013, a dívida financeira (incluindo derivativos) da companhia atingiu R\$ 16.706 milhões, apresentando um aumento de 11,5%. As disponibilidades totalizaram R\$ 4.206 milhões, um aumento de 72,7%. Com isso, a dívida líquida passou para R\$ 12.499 milhões, registrando uma redução de 0,4%. O aumento no endividamento financeiro tem o objetivo de suportar a estratégia de expansão dos negócios do Grupo, como o financiamento dos projetos *greenfield* na CPFL Renováveis. Além disso, contudo, CPFL Energia adota uma estratégia de pre-funding, antecipando-se nas captações de dívidas vindas num prazo de 18 a 24 meses. Com isso, a companhia foi capaz de reduzir o seu custo nominal de dívida em aproximadamente 0,5 ponto percentual para 8,4% a.a.. Em relação ao perfil de seu endividamento, considerando a consolidação proporcional da Baesa, Enercon, Foz do Chapecó e Epasa, o prazo médio da dívida é de 4,14 anos.

### 5. INVESTIMENTOS

Em 2013, foram realizados investimentos de R\$ 1.735 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 845 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 538 milhões à geração (R\$ 828 milhões da CPFL Renováveis e R\$ 10 milhões de geração convencional) e R\$ 52 milhões à comercialização e serviços. Entre os investimentos da CPFL Energia em 2013 podemos destacar: • **Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2013, nossas distribuidoras possuíam 7,4 milhões de clientes (acréscimo de 211 mil clientes) e nossa rede de distribuição consistia em 239.835 km de linhas de distribuição (acréscimo de 4.337 km de linhas) incluindo 342.336 transformadores de distribuição (acréscimo de 14.881 transformadores). Nossas oito subsidiárias de distribuição tinham 9.753 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138kV (acréscimo de 109 km de linhas). Naquela data, detinhamos 454 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subseqüente distribuição (acréscimo de 8 subestações), com capacidade total de transformação de 14.535 MVA (acréscimo de 885 MVA). • **Geração:** foram destinados principalmente à conclusão das UTEs Alvorada e Coopcana e Parque Eólico Campo dos Ventos II, empreendimentos que já entraram em operação comercial, e Complexos Eólicos Atlântica, Macacos I, Campo dos Ventos e São Benedito, empreendimentos ainda em construção.

### 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

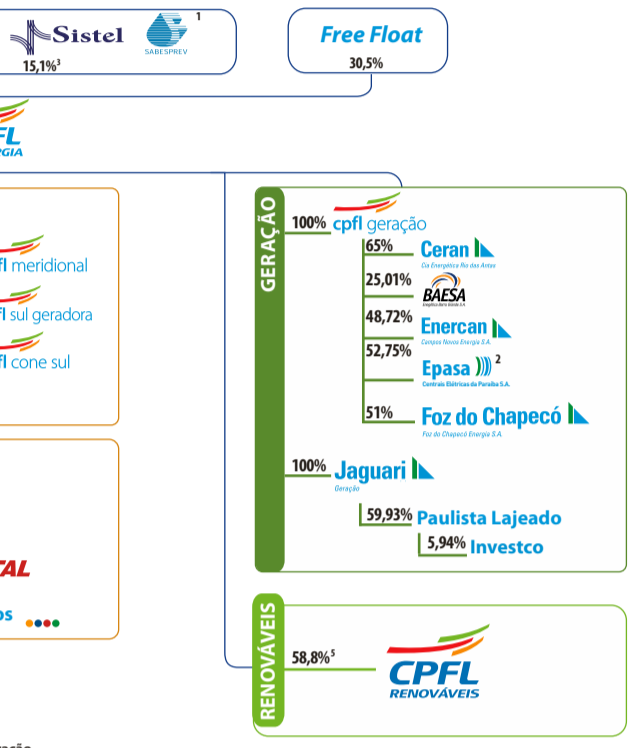
O modelo de Governança Corporativa da CPFL Energia se baseia em quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, aplicado a todas as empresas do Grupo. A CPFL Energia é listada nos segmentos de mais alto nível de governança - Novo Mercado da BM&FBOVESPA e ADRs Nível III na Bolsa de Nova York, sendo vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e assegura *tag along* de 100%, no caso de alienação de controle. O Conselho de Administração da companhia tem como objetivo fixar a orientação geral dos negócios e eleger a Diretoria, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela Lei e pelo Estatuto Social. Suas regras de funcionamento estão definidas em seu Regimento Interno. O órgão é composto por um conselho independente e seis conselheiros indicados pelos acionistas controladores, com prazo de mandato de um ano sendo permitida a reeleição. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, elegendo, dentre seus membros, um presidente e um vice-presidente. Nenhum conselheiro integra a Diretoria Executiva da companhia. O Conselho de Administração constituiu três comitês e definiu suas competências em um único Regimento Interno. São eles: Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Processos de Gestão. Sempre que necessário, são constituídas Comissões ad hoc que assessoram o Conselho de Administração em relação a temas como governança corporativa, estratégia, orçamento, compra de energia, novos negócios e políticas financeiras. A CPFL Energia possui um Conselho Fiscal em permanente funcionamento, formado por cinco membros que também exercem as atribuições de *Audit Committee* previstas na Lei *Sarbanes Oxley* e de acordo com as regras da *Securities and Exchange Commission* (SEC). As regras de atuação do Conselho Fiscal são previstas em regimento interno e no Guia do Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é formada por seis diretores, com prazo de mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva representar a companhia e gerir os negócios, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração. Ao diretor presidente cabe a indicação dos demais diretores estatutários. As diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores www.cpf.com.br/i.

### 7. MERCADO DE CAPITALIS

A CPFL Energia, atualmente com 30,5% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem suas ações negociadas no Brasil (BM&FBOVESPA) e na Bolsa de Nova York (NYSE). Em 2013, as ações da CPFL Energia apresentaram desvalorização de 7,0% na BM&FBOVESPA e de 20,3% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R\$ 19,09 por ação e US\$ 16,01 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 36,3 milhões, dos quais R\$ 20,7 milhões na BM&FBOVESPA e R\$ 15,6 milhões na NYSE, representando uma redução de 15,1% em relação a 2012. O número de negócios realizados na BM&FBOVESPA aumentou 36,6%, passando de uma média diária de 3.081 negócios, em 2012, para 4.208 negócios, em 2013.

### 8. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Energia desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. A seguir estão os destaques do exercício: **Plataforma de sustentabilidade:** desenvolvida em 2013, consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade do Grupo CPFL. Contempla: (a) Política de Sustentabilidade; (b) Temas relevantes/críticos à condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento, para orientar a atuação da empresa; (c) Indicadores estratégicos e *key performance indicators* (KPIs) corporativos por segmento, vinculados aos temas relevantes, para mensuração e monitoramento do desempenho; e (d) Avançadas de valor, iniciativas e metas por indicador, para promover a melhoria contínua das práticas e dos processos. **Comitê de Sustentabilidade:** principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pela plataforma. Realizou seis reuniões no ano. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética:** em 2013, a composição do Comitê de Ética e Conduta Empresarial da CPFL foi alterada, visando assegurar a representatividade de todos os colaboradores, e os membros que se desligaram das empresas do Grupo foram substituídos. Ocorreram 15 reuniões e três Súmulas de Orientação do Comitê de Ética foram publicadas com o objetivo de orientar as decisões, as atitudes e comportamentos de todos os colaboradores. O processo de revisão do Código de Ética e de Conduta Empresarial da CPFL, em andamento, contou com a realização de grupos focais com colaboradores, consulta a especialistas e um diálogo com *stakeholders*. **Gestão de Recursos Humanos:** a companhia encerrou 2013 com 8.391 colaboradores (8.490 em 2012) e rotatividade de 20,90%. As empresas do Grupo mantiveram programas de gestão e capacitação, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, sucessão de lideranças, aumento da produtividade e em saúde e segurança ocupacional. O número médio de horas de treinamento por colaborador foi de 76,69 horas, superior à média da Pesquisa Sextante-2012 de 50 horas. Ainda neste exercício, a CPFL Energia integrou pelo décimo segundo ano consecutivo o ranking "As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil", da publicação Guia Você/S/A Exame e iniciou a implementação de iniciativas ligadas ao Programa de Gestão do Conhecimento. **Cidades Sustentáveis:** realizado pela Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e pelo Instituto Ethos, oferece uma plataforma com indicadores que visam à melhoria da gestão das prefeituras municipais. A CPFL apoia a iniciativa em sua área de abrangência por acreditar no potencial da parceria público-privada para o desenvolvimento dos municípios. **Rede de Valor:** principal programa de sustentabilidade na cadeia de suprimentos, foi reformulado em 2013 com o objetivo de alavancar o desempenho das organizações participantes. Conta com a disseminação do conhecimento interno e de organizações parceiras. **Relacionamento com a comunidade: (i) Cultura -** Parcerias relevantes, como as com o Gesel - UFRJ e o Greenpeace Brasil, deram o tom às gravações de encontros e debates sobre o futuro sustentável e as novas energias no país, apresentadas nos programas *Café Filosófico CPFL* e *Invenção do Contemporâneo*. Estes e outros encontros foram gravados, editados e exibidos na TV Cultura e estão publicados no site [www.cpf.com.br.br](http://www.cpf.com.br.br). A programação cultural em Campinas contou com duas exposições de artes visuais, uma delas em parceria com a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que trouxe para nossa galeria de arte uma seleção especial do seu acervo, além de sessões gratuitas de cinema, concertos de música erudita, espetáculos de teatro e a itinerância do maior festival brasileiro de documentários, o Tudo Verdade. 2013 foi, também, o ano do retorno das atividades nas sedes regionais, levando para algumas cidades a exposição "100 anos de história e energia" e sessões de teatro infantil. **(ii) Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos** - visa elevar o desempenho administrativo de hospitais filantrópicos e aperfeiçoar os serviços prestados à comunidade. Estão participando da terceira fase do programa (2012-2014) 15 hospitais em 12 municípios nas regiões de Campinas e São José do Rio Preto. As avaliações periódicas já apontaram um crescimento superior a 155% na pontuação fornecida pelo órgão certificador COH (Compromisso Qualidade Hospitalar). Em 2013, foram investidos cerca de R\$ 630 mil no programa. **(iii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (1% I.R.)** - as empresas do Grupo destinaram aproximadamente R\$ 880 mil, para 23 projetos de 12 municípios da área de concessão. Os projetos foram selecionados a partir de critérios que consideram a natureza e relevância do projeto, alinhamento às causas da empresa e disponibilidade de recursos. **(iv) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI (1% I.R.)** - em 2013, a CPFL realizou o primeiro repasse ao CMDI de Campinas, no montante de R\$ 1,4 milhão, beneficiando 3 projetos; **(v) Plano Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON (1% I.R.)** - em 2013, a CPFL apoiou o Hospital do Câncer de Barretos com o montante de R\$ 1,4 milhão. O PRONON tem a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer; **(vi) Voluntariado** - através da Campanha do Agasalho foram arrecadadas 7.810 doações. Também foi realizada a terceira edição do Dia do Bem Fazer, que contou com 30 ações organizadas em 27 municípios e mais de 1.800 voluntários envolvidos; **(vii) Eficiência energética (0,5% da ROL)** - foram investidos mais de R\$ 56,5 milhões, sendo R\$ 35,5 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 3.963 clientes, troca de 10.186 geladeiras, 7.617 trocadores de calor e 161.582 lâmpadas por modelos mais eficientes, 4.249 reformas elétricas internas e instalação de 6.354 aquecedores solares e foram formados 125 eletricitistas no Curso de Eletricidade Básica. Também foram realizados projetos educacionais, CPFL nas Escolas e Caravana REGE, junto a 3.017 escolas municipais e estaduais, sendo formados 230.685 alunos, 16.784 professores em 148 municípios com um investimento de mais de R\$ 3 milhões; **(viii) Escola de Eletricista** - visa formar um banco de eletricitistas capacitados e mitigar riscos advindos do espaço de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho, além de capacitar futuros colaboradores em fase de pré-contratação. Em 2013, o projeto foi ampliado com a formação de 88 novos eletricitistas, sendo que 56 deles foram contratados em 2013. **(ix) Aprender SENAI** - o programa foi criado em 2012 e a empresa investiu em sua manutenção em 2013. Visa capacitar jovens através da Escola SENAI e, ao final da formação, aqueles que apresentarem aproveitamento no curso são contratados. A última turma encerrou-se em dezembro de 2013 com a formação de 31 jovens. **Gestão ambiental:** (i) o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) 2012 da CPFL Energia foi premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol e a empresa foi reconhecida pelo *Carbon Disclosure Project* como uma das líderes em transparência sobre emissões de GEEs; (ii) as ações da empresa integram novamente a carteira do *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*, tendo sido eleita uma das empresas modelo em sustentabilidade em âmbito global no setor de *Utilities*. As ações da CPFL Energia também foram incluídas, pelo 9º ano consecutivo, na carteira ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2014; (iii) quanto ao licenciamento ambiental, foram obtidas cinco Licenças Prévias, sete Licenças de Instalação e 16 Licenças de Operação para empreendimentos da CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Transmissão Piracicaba e RGE; e (iv) cada empresa do Grupo desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para: • **Geração de energia - UHE Foz do Chapecó** (i) Soltura de alveínos produzidos na Estação de Piscicultura de Aguas de Chapecó, visando o repovoamento do rio Uruaguá; (ii) a Biofábrica implantou seus primeiros experimentos em quatro propriedades rurais da região, que passaram a funcionar como "projetos pilotos". Na Biofábrica são produzidas mudas frutíferas e ornamentais por micropropagação



ainda não amortizados ou não depreciados de hidrelétricas alcançadas pela MP nº 579/2012; (iii) licitações para prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidroelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783/2013 - Leilões de O&M; (iv) definição das regras para repúblicação do PLD; (v) alterações nas regras de comercialização, e aqui cabe destacar as discussões em torno da (a) Portaria nº 455/2012 que extingue o mercado de energia *ex-post*, com início adiado para 1º de junho de 2014 e (b) a nova metodologia para aporte de garantias financeiras, adotadas para reduzir a inadimplência de agentes na CCEE; (vi) adaptações para atender exigências de controle e transparência do Tribunal de Contas da União ("TCU") quando do enquadramento de novos projetos de transmissão e de geração no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura ("REID"). Assim, para o ano de 2014, fica a expectativa de consolidação das ações parciais conseguidas em 2013, especialmente em relação à Resolução nº 03/2013, do CNPE, e aos desafios relativos à operação do SIN, que apresenta tendência de alta do PLD, o que continuará a demandar elevados níveis de despacho das usinas termelétricas, com implicações sobre os custos de operação do sistema. **Tarifas e Preços de Energia Elétrica: Segmento de Distribuição: Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2013: CPFL Piratininga:** Em 22 de outubro de 2013, por meio da Resolução Homologatória nº 1.638, a Anel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Piratininga em 7,42%, sendo 9,69% relativos ao Reajuste Tarifário e -2,27% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 6,91% a ser percebido pelos consumidores. O cálculo levou em consideração a alteração do Reajuste Tarifário referente a 2012, que passou de 8,78% para 9,08%. As novas tarifas entraram em vigor em 23 de outubro de 2013. **CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa:** Em 29 de janeiro de 2013, a Anel publicou, no Diário Oficial da União, os Índices dos Reajustes Tarifários Anuais de 2013 das distribuidoras CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Reajuste Tarifário Anual (RTA)	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguarí	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
<b>Resolução Homologatória</b>	<b>1.476</b>	<b>1.479</b>	<b>1.475</b>	<b>1.484</b>	<b>1.474</b>
IRT Econômico	12,15%	7,96%	10,76%	6,98%	-1,83%
Componentes Financeiros	-2,82%	-1,47%	-8,06%	-4,71%	8,83%
<b>IRT Total</b>	<b>9,32%</b>	<b>6,48%</b>	<b>2,71%</b>	<b>2,27%</b>	<b>7,00%</b>
<b>Efeito Médio</b>	<b>-0,94%</b>	<b>3,36%</b>	<b>2,68%</b>	<b>2,21%</b>	<b>5,10%</b>

Esses reajustes foram aplicados sobre as tarifas definidas na Revisão Tarifária Extraordinária mencionada no item 3. As novas tarifas entraram em vigor em 03 de fevereiro de 2013. **Reajuste Tarifário Extraordinário (RTE) de 2013:** Conforme estabelecido pela Lei nº 12.783/2013, todas as concessionárias passaram a adotar novas tarifas de energia elétrica a partir do dia 24 de janeiro de 2013, a fim de contemplar os efeitos promovidos pela renovação das concessões de geração e transmissão e pela redução de encargos setoriais sobre o preço de energia. Os reajustes tarifários extraordinários são demonstrados, por distribuidora, na tabela a seguir:

Reajuste Tarifário Extraordinário (RTE)	RGE	CPFL Paulista	CPFL Mococa	CPFL Sul Paulista	CPFL Jaguarí	CPFL Leste Paulista	CPFL Santa Cruz	CPFL Piratininga
IRT Econômico	-12,0%	-15,3%	-7,6%	-18,4%	-25,4%	-17,2%	-6,8%	-11,3%
Componentes Financeiros	0,7%	-0,5%	1,8%	0,0%	0,1%	2,3%	3,7%	1,1%
<b>IRT Total</b>	<b>-11,4%</b>	<b>-15,8%</b>	<b>-5,8%</b>	<b>-18,4%</b>	<b>-25,4%</b>	<b>-14,9%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>-10,2%</b>
<b>Efeito médio</b>	<b>-22,8%</b>	<b>-20,4%</b>	<b>-24,4%</b>	<b>-23,8%</b>	<b>-25,3%</b>	<b>-26,4%</b>	<b>-23,7%</b>	<b>-26,7%</b>

**Terceira Revisão Tarifária Periódica: CPFL Paulista:** Em 4 de abril de 2013, por meio da Resolução Homologatória nº 1.504, a Anel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 5,48%, sendo 4,53% relativos ao Repositionamento Tarifário e 0,95% referentes aos componentes financeiros externos ao Repositionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 6,18% a ser percebido pelos consumidores. As novas tarifas entraram em vigor em 8 de abril de 2013. **RGE:** Em 18 de junho de 2013, por meio da Resolução Homologatória nº 1.535, a Anel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em -10,32%, sendo -10,68% relativos ao Repositionamento Tarifário e 0,34% referentes aos componentes financeiros externos ao Repositionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de -10,64% a ser percebido pelos consumidores. As novas tarifas entraram em vigor em 19 de junho de 2013. **Segmento de Geração:** Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela Enercan utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

**Vendas de Energia:** Em 2013, as vendas para o mercado cativo totalizaram 41.148 GWh, um aumento de 1,2% em relação a 2012, enquanto a energia transportada a clientes livres, faturada por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), teve uma alta de 9,2%, alcançando 17.314 GWh, em reflexo principalmente da migração de clientes para o mercado livre. Assim, as vendas nas áreas de concessão, realizadas por meio do segmento de distribuição, totalizaram 58.463 GWh, um crescimento de 3,5%. Destacam-se os crescimentos das classes residencial e comercial, que, juntas, representam 42,3% do total consumido na área de concessão das distribuidoras do Grupo. • **Classes residencial e comercial:** aumentos de 5,9% e 3,7%, respectivamente, favorecidos pelos efeitos acumulados de fatores como a elevação do emprego e da renda, do aumento do poder de compra do consumidor e da ampliação do crédito ao consumo verificados nos últimos anos; • **Classe industrial:** crescimento de 2,6%, influenciada pelo desempenho ainda modesto da produção industrial, que reflete o fraco volume de exportações, expectativas desfavoráveis e deficiências de infraestrutura. As vendas de comercialização e geração (exclusive partes relacionadas) atingiram 18.476 GWh, o que representou um crescimento de 13,5%, devido principalmente à expansão da CPFL Renováveis, além do aumento das vendas da comercialização para clientes livres. O número de clientes livres em carteira chegou a 284 em dezembro de 2013 comparado a 231 em dezembro de 2012. **Desempenho no Segmento de Distribuição de Energia Elétrica:** O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Indicadores DEC e FEC 2013 (valores atualizados)	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguarí	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
<b>Empresa</b>								
<b>Indicador</b>								
DEC	7,14	7,44	17,35	6,97	7,58	5,92	9,08	4,86
FEC	4,73	4,58	9,04	6,82	6,33	5,43	6,72	4,93

**Desempenho no Segmento de Geração de Energia Elétrica:** Em 2013, a CPFL Energia continuou sua expansão no segmento de Geração, com um aumento de 2,6% em sua capacidade instalada, que passou de 2.912 MW para 2.988 MW, considerando-se a participação de 58,8% na CPFL Renováveis nos dois períodos, para fins de comparação. Tal expansão resultou da entrada em operação de três novos empreendimentos da CPFL Renováveis. Em agosto de 2013, entrou em operação a CPFL Bio Coopcana, de 50 MW. Em setembro de 2013, o parque eólico Campo dos Ventos II iniciou sua operação, com 30 MW de capacidade instalada. Já a CPFL Bio Alvorada, com 50 MW, entrou em operação em novembro de 2013. Além desses empreendimentos, vale destacar o Complexo Eólico Atlântica, de 120 MW, e o Complexo Eólico Macacos I, de 78 MW, que se encontram em estágio avançado de implantação e entram em operação no início de 2014.

### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita Operacional:** A receita operacional líquida reduziu 1,7% (R\$ 257 milhões), atingindo R\$ 14.634 milhões, devido a redução de 6,7% no segmento de Distribuição (R\$ 828 milhões), fruto do 3º ciclo da Revisão Tarifária e da Destacam-se os crescimentos das classes residencial e comercial, que, juntas, representam 42,3% do total consumido na área de concessão das distribuidoras do Grupo. • **Classes residencial e comercial:** aumentos de 5,9% e 3,7%, respectivamente, favorecidos pelos efeitos acumulados de fatores como a elevação do emprego e da renda, do aumento do poder de compra do consumidor e da ampliação do crédito ao consumo verificados nos últimos anos; • **Classe industrial:** crescimento de 2,6%, influenciada pelo desempenho ainda modesto da produção industrial, que reflete o fraco volume de exportações, expectativas desfavoráveis e deficiências de infraestrutura. As vendas de comercialização e geração (exclusive partes relacionadas) atingiram 18.476 GWh, o que representou um crescimento de 13,5%, devido principalmente à expansão da CPFL Renováveis, além do aumento das vendas da comercialização para clientes livres. O número de clientes livres em carteira chegou a 284 em dezembro de 2013 comparado a 231 em dezembro de 2012. **Desempenho no Segmento de Distribuição de Energia Elétrica:** O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

**Indicadores DEC e FEC 2013 (valores atualizados)**

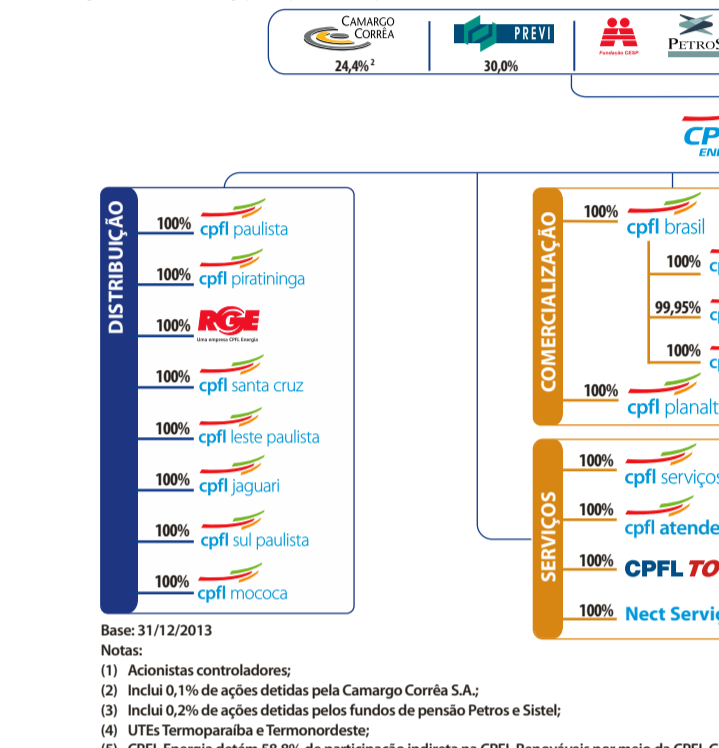
Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2012, exceto quando especificado em contrário.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2013 iniciou com uma mudança estrutural relevante no setor elétrico: a implantação, em janeiro, da Revisão Tarifária Extraordinária - RTE em distribuidoras de energia elétrica em função da homologação das novas tarifas decorrentes da aplicação da Lei 12.783/13, que tratou da extensão das concessões de geração e transmissão que venceriam em 2015. Com isso, foi possível reduzir as tarifas de energia elétrica, na média, em 20% para todos os consumidores do País. A atuação do governo federal teve como principal mote o aumento da competitividade da indústria brasileira no cenário internacional, além de dar um novo impulso ao crescimento e ao desenvolvimento econômico do País. No entanto, devido a não adesão de alguns geradores à nova Lei e a não realização de um leilão para contratação de energia existente ao final de 2012, criou-se uma falha na contratação de energia das distribuidoras em 2013, chamada de exposição involuntária. O montante desta exposição somou aproximadamente 2.000 MW médios de potência, sendo este total liquidado no mercado de curto prazo - MCP. Além disso, dada a hidrológica desfavorável no começo de 2013 e o despacho de usinas termelétricas para garantir o suprimento de energia, os preços no mercado de curto prazo ficaram bastante pressionados, impondo um custo adicional às distribuidoras. Sendo assim, liderado pela CPFL Energia e pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, o setor elétrico iniciou tratativas com o governo federal com o intuito de mitigar estes custos adicionais para as distribuidoras. Dessa forma, em um prazo bastante expedito, o governo federal anunciou o Decreto 7.945/13, através do qual os fundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foram utilizados para cobrir estas despesas consideradas extraordinárias. Este mecanismo preveniu que estes custos adicionais fossem repassados para as tarifas do consumidor final. Houve também, durante o

### Organograma Societário (simplificado)

A CPFL Energia atua como holding, participando no capital de outras sociedades:



### 2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

**Ambiente Macroeconômico:** O ritmo de recuperação da economia mundial em 2013 foi moderado, devido a certos fatores de pessimismo desde o final de 2012. Destacavam-se a possibilidade de uma nova crise financeira na Europa, uma possível desaceleração aqda na China, ou mesmo as fortes dúvidas quanto aos impactos do abismo fiscal na economia dos EUA. Esses eventos foram evitados, mas trouxeram incertezas que levaram a uma retomada mais contida em 2013. Deste modo, em 2013 o mundo viveu momentos de incerteza com implicações sobre a confiança, o investimento e o comércio. Quanto a este último, a demanda mundial desacelerou e grande parte da capacidade produtiva se manteve ociosa, o que estimulou a concorrência entre os países. No caso do Brasil, apesar da indústria ter voltado a crescer ligeiramente em 2013 (1,2% em 2013 ante -2,6% em 2012), este setor de atividade seguiu sentindo os efeitos da desaceleração global, do câmbio valorizado, de problemas logísticos e de indefinições quanto à condução da política econômica. Para tentar reverter esse cenário, o governo manteve as medidas de estímulo lançadas em 2012. Além disso, a recente desvalorização do real passou a contribuir para as exportações. No entanto, o país ainda registrou queda da confiança e alta da inflação (sobretudo vindo dos alimentos) e da desvalorização da moeda). Por outro lado, o desemprego continuou em baixa, explicando a alta da massa de renda e o resultado positivo do comércio. A

continuação

**Relatório da Administração**

"in vitro", com objetivo de diversificar e melhorar a qualidade da produção local, proporcionando alternativas de geração de renda a pequenos produtores da região; e **Ceran** mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 e seus certificados têm validade até janeiro de 2015; **UHE Campos Novos (Enercan)** (i) Em 2013, a ENERCAN apoiou diversas ações voltadas ao desenvolvimento da região na área cultural, socioambiental e econômica, com lançamento de novos projetos como o Barco Escola, que por meio de passeios de barco pelo reservatório, desenvolveu ações de educação ambiental com alunos de escolas da região; (ii) pelo 2º ano consecutivo, a ENERCAN desenvolveu o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos; e (iii) a empresa conquistou, pelo 5º ano consecutivo, o Prêmio Empresa Cidadã, promovido pela ADVB-SC (Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil), com o case Cidadão do Futuro, iniciativa que envolve 850 jovens dos municípios do entorno da UHE Campos Novos, com oportunidades para complementação educacional; **UHE Serra da Mesa** - continuidade do apoio ao Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás, parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ministério de Minas e Energia, Furnas, Tractebel Energia e SEBRAE/Goiás. O Fundo conta com 2 projetos coletivos e 104 projetos individuais, beneficiando cerca de 200 famílias; **UHE Barra Grande (BAESA)** - (i) Em 2013, o Programa de Responsabilidade Socioambiental viabilizou mais de R\$ 1,4 milhão em 52 projetos para municípios da área de influência da UHE Barra Grande, com foco na geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social; (ii) implantada a 2ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece ações dos moradores da região na preservação da vegetação; (iii) os projetos socioambientais da BAESA foram avaliados pelo Bureau Veritas Certification quanto ao atendimento aos requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da International Hydropower Association, tendo obtido 84 pontos de 90 possíveis; (iv) pelo 2º ano consecutivo, a BAESA recebeu a Certificação ODM, concedida pelo Movimento Nós Podemos Santa Catarina, pela atuação em defesa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; (v) com o case "Nosso Lago, Nossa Vida", a BAESA foi uma das vencedoras do Prêmio Empresa Cidadã 2013, da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil/SC, na categoria "Preservação Ambiental"; **Distribuição de energia** - (i) continuidade do Programa de Arborização Urbana Viária, com doação de mais de 200 mil mudas às prefeituras municipais do Estado de São Paulo; (ii) para situações de emergências ambientais, as distribuidoras possuem contrato com empresa especializada, além de um seguro ambiental. Para ocorrências de menor extensão, as Estações Avançadas e os veículos com equipamentos hidráulicos contam com kits de emergência ambiental para uso imediato; (iii) requerimento junto à CETESB (órgão ambiental do Estado de São Paulo) de Licenças de Operação para o sistema elétrico das sete empresas que atuam no Estado de São Paulo.

**9. AUDITORES INDEPENDENTES**

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, em 2013, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual do total contratado de auditoria
Revisão DIPJ	12/03/2012	Ano calendário 2013	114.587,13	2%
Auditoria para as Demonstrações Contábeis Regulatórias	19/03/2013	Média de 3 meses	445.567,91	7%
Asseguração sobre o cumprimento de <i>covenants</i> financeiros	12/03/2012	Média de 3 meses	284.941,75	5%
Prestação de serviços em conexão com a oferta pública de distribuição primária e secundária ações da CPFL Renováveis	22/04/2013	4 meses	769.432,00	13%
Laudos Contábeis	18/04/2013	5 meses	222.749,96	4%
Trabalhos de procedimentos acordados	04/04/2013	Média de 3 meses	35.000,00	1%
Trabalhos de procedimentos previamente acordados conforme Requerido pela ANEEL - P&D	Mai/13	1 mês	7.000,00	0%
Relatório de Controle Patrimonial	07/03/2013	1 mês	80.000,00	1%
Revisão dos procedimentos relativos ao aproveitamento do incentivo fiscal (IRPJ/CSLL) à Inovação Tecnológica	Mai/13	2 meses	35.451,90	1%
			<b>1.994.730,65</b>	<b>33%</b>

Como se observa, a CPFL Energia não contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços que não sejam relacionados à auditoria durante o exercício de 2013. A CPFL Energia adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal, e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. A Administração da CPFL Energia declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

**10. AGRADECIMENTOS**

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na companhia no ano de 2013. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

**A Administração**

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpf.com.br/ri](http://www.cpf.com.br/ri).

**Balanco Social Anual 2013/2012 (\*)**

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais) (**)		
Receita líquida (RL)			14.633.856			14.890.875
Resultado operacional (RO)			1.519.200			1.877.998
Folha de pagamento bruta (FPB)			648.975			613.674
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	54.505	8,40%	0,37%	49.134	8,01%	0,33%
Encargos sociais compulsórios	175.130	26,99%	1,20%	170.456	27,78%	1,14%
Previdência privada	39.292	6,05%	0,27%	35.840	5,84%	0,24%
Saúde	35.338	5,45%	0,24%	28.876	4,71%	0,19%
Segurança e saúde no trabalho	3.146	0,48%	0,02%	2.483	0,40%	0,02%
Educação	2.454	0,38%	0,02%	2.431	0,40%	0,02%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.801	1,66%	0,07%	13.032	2,12%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	951	0,15%	0,01%	927	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	35.295	5,44%	0,24%	50.275	8,19%	0,34%
Outros	5.811	0,90%	0,04%	5.969	0,97%	0,04%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>362.723</b>	<b>55,89%</b>	<b>2,48%</b>	<b>359.423</b>	<b>58,57%</b>	<b>2,41%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	909	0,06%	0,01%	240	0,01%	0,00%
Cultura	11.992	0,79%	0,08%	15.092	0,80%	0,10%
Saúde e saneamento	634	0,04%	0,00%	701	0,04%	0,00%
Esporte	1.553	0,10%	0,01%	2.785	0,15%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	6.960	0,46%	0,05%	4.593	0,24%	0,03%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>22.048</b>	<b>1,45%</b>	<b>0,15%</b>	<b>23.411</b>	<b>1,25%</b>	<b>0,16%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.292.848	282,57%	29,34%	6.027.010	320,93%	40,47%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>4.314.896</b>	<b>284,02%</b>	<b>29,49%</b>	<b>6.050.421</b>	<b>322,17%</b>	<b>40,63%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	37.407	2,46%	0,26%	32.687	1,74%	0,22%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	59.047	3,89%	0,40%	60.293	3,21%	0,40%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>96.454</b>	<b>6,35%</b>	<b>0,66%</b>	<b>92.980</b>	<b>4,95%</b>	<b>0,62%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%		
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>		<b>2013</b>		<b>2012 (**)</b>		
Nº de empregados(as) ao final do período		8.391		8.490		
Nº de admissões durante o período		1.778		2.223		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		ND		ND		
Nº de estagiários(as)		130		217		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		2.011		1.963		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		1.969		2.123		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		14,29%		10,26%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		1.340		1.144		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		2,22%		1,55%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		273		272		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			2012 (**)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			20,27			20,88
Número total de acidentes de trabalho			31			43
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1.778.161	no Procon 988	na Justiça 7.228	na empresa (**) 1.807.705	no Procon (**) 907	na Justiça (**) 4.830
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 10,3%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 6,5%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	<b>Em 2013 7.831.239</b>			<b>Em 2012 9.388.372</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	56,5% governo 10,7% acionistas 1,4% retido	9,5% colaboradores(as) 21,9% terceiros	65,5% governo 7,5% colaboradores(as)	11,6% acionistas 1,2% retido	14,2% terceiros	

**7 - Outras Informações**

**Informações Consolidadas**

Nos itens financeiros foram utilizados os percentuais de participação societária. Para as demais informações, tais como quantidade de empregados e processos judiciais, as informações foram disponibilizadas em números integrais.

Responsável pelo Preenchimento: Antônio Carlos Bassalo, fone (19) - 3756-8018, [bassalo@cpf.com.br](mailto:bassalo@cpf.com.br)

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

(\*\*) Contempla os efeitos descritos na nota explicativa 2.9 das demonstrações financeiras consolidadas.

(\*\*\*) Indicador reajustado devido à alteração de critérios no processo de apuração das informações das distribuidoras do grupo

**Balancos Patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1 de janeiro de 2012  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	reapresentado	01/01/2012	reapresentado		31/12/2013	reapresentado	01/01/2012	reapresentado
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	5	990.672	141.835	549.189	4.206.422	2.435.034	2.663.425			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	-	2.007.789	2.205.024	1.860.733			
Dividendo e juros sobre o capital próprio	12	697.702	401.473	125.913	55.265	55.033	27.821			
Títulos e valores mobiliários		-	3.939	45.668	24.806	6.100	47.521			
Tributos a compensar	7	29.874	25.311	40.783	262.433	250.987	270.090			
Derivativos	34	-	540	2	1.842	870	3.733			
Estoques	-	-	-	-	21.625	36.826	40.852			
Arrendamentos	9	-	-	-	10.757	9.740	4.581			
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	-	-	34.444	-			
Outros créditos	11	1.984	1.813	2.833	673.383	510.880	404.784			
<b>Total do circulante</b>		<b>1.720.232</b>	<b>574.911</b>	<b>764.388</b>	<b>7.264.323</b>	<b>5.544.938</b>	<b>5.323.541</b>			
<b>Não circulante</b>										
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	-	153.854	161.658	182.300			
Coligadas, controladas e controladora	31	8.948	-	2.610	86.655	-	-			
Depósitos judiciais	21	92	12.579	11.744	1.143.179	1.125.339	1.082.617			
Títulos e valores mobiliários		-	-	2.854	-	-	74.910			
Tributos a compensar	7	-	-	-	173.362	206.653	198.601			
Derivativos	34	-	71	-	316.648	486.438	215.642			
Créditos fiscais diferidos	8	165.798	177.411	193.874	1.168.706	1.257.787	1.126.581			
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	59.397	55	-	-	-	-			
Arrendamentos	9	-	-	-	37.817	31.703	24.521			
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	-	2.787.073	2.342.796	1.376.664			
Investimentos ao custo		-	-	-	116.654	116.654	116.654			
Outros créditos	11	14.389	13.365	16.978	296.096	343.814	233.526			
Investimentos	12	6.419.924	5.988.616	6.720.879	1.032.681	1.022.126	1.006.324			
Imobilizado	13	1.000	687	312	7.717.419	7.104.060	5.672.725			
Intangível	14	32	74	118	8.748.328	9.180.312	8.534.673			
<b>Total do não circulante</b>		<b>6.669.579</b>	<b>6.192.858</b>	<b>6.949.369</b>	<b>23.778.473</b>	<b>23.379.341</b>	<b>19.845.737</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>8.389.811</b>	<b>6.767.769</b>	<b>7.713.757</b>	<b>31.042.796</b>	<b>28.924.279</b>	<b>25.169.278</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Resultados**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	Reapresentado	2013	Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	26	1.649	1.452	14.633.856	14.890.875
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>					
Custo com energia elétrica	27	-	-	(8.196.687)	(8.252.995)
Custo de operação	28	-	-	(1.467.516)	(1.377.706)
Custo do serviço prestado a terceiros	28	-			

\* continuação

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012  
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado			Participação de acionistas não controladores				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2012 representado</b>	4.793.424	229.956	495.185	-	-	758.470	563.005	-	333.082	7.173.122	20.679	1.464.673	8.658.475
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício representado	-	-	-	-	-	-	-	-	1.176.252	1.176.252	-	30.810	1.207.062
Outros resultados abrangentes: perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mutações Internas do patrimônio líquido</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	-	326.899	-	-	-	-	(326.899)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(41.482)	-	41.482	(1.421)	1.421	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	14.104	-	(14.104)	483	(483)	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	61.296	-	-	-	-	-	(61.296)	-	-	(334)	(334)
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	3.921	3.921	-	-	3.921
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(640.239)	(640.239)	-	-	(640.239)
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	455.906	-	-	(455.906)	-	-	(5.875)	(5.875)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(758.470)	-	-	-	(758.470)	-	(8.201)	(766.671)
Integralização de capital de acionistas não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.563	3.563
Combinação de negócios CPFL Renováveis	-	(1.634)	-	-	-	-	-	-	-	(1.634)	-	5.086	3.452
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012 representado</b>	4.793.424	228.322	556.481	326.899	-	455.906	535.627	(572.225)	56.293	6.380.728	19.741	1.490.660	7.891.129
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	937.419	937.419	-	11.617	949.036
Outros resultados abrangentes: ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mutações Internas do patrimônio líquido</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(39.336)	-	39.336	(1.895)	1.895	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	13.374	-	(13.374)	644	(644)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	-	108.987	-	-	-	-	(108.987)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	46.871	-	-	-	-	-	(46.871)	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	(326.899)	-	-	-	326.899	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	-	(61.863)	-	-	61.863	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(68)	(68)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	5.172	5.172	-	-	5.172
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(263.049)	(263.049)	-	(2.301)	(365.349)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	567.802	-	-	(567.802)	-	-	(17.589)	(473.495)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(455.906)	-	-	-	(455.906)	-	3.566	3.566
Integralização de capital de acionistas não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.191	328.500
Oferta de ações CPFL Renováveis	-	59.308	-	-	-	-	-	-	-	59.308	-	1.756.326	7.986.718
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	4.793.424	287.630	603.352	108.987	265.037	567.802	509.665	(111.999)	56.293	7.023.899	18.490	1.756.326	8.786.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
Para os exercícios fintos em 31 de dezembro 2013 e de 2012  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 rerepresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
<b>Fluxo de caixa operacional</b>	974.942	1.231.197	1.519.200	1.877.998
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>	-	-	-	-
Depreciação e amortização	76	65	1.055.230	978.926
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	267	7	316.787	94.926
Provisão para devedores duvidosos	-	-	70.324	163.811
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	81.189	30.028	1.294.281	904.340
Despesa com plano de pensão	-	-	61.665	33.332
Equivalência patrimonial	(1.022.779)	(1.281.414)	(120.868)	(120.680)
Perda na baixa de não circulante	-	-	7.248	54.579
PIS e COFINS diferidos	-	-	28.328	(64.005)
Outros	-	-	(5.218)	21.919
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	33.695	(20.117)	4.226.977	3.945.147
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	129.731	(435.899)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	792.146	1.199.996	112.607	79.730
Tributos a compensar	21.797	47.539	42.176	51.772
Operações de arrendamento	-	-	1.648	(3.969)
Depósitos judiciais	12.935	(28)	101.310	8.505
Outros ativos operacionais	(1.196)	4.747	(145.571)	(24.972)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	(156)	(336)	191.089	388.975
Fornecedores	(147)	699	(130.405)	(149.121)
Outros tributos e contribuições sociais	-	-	(85.546)	(79.450)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(78.397)	(27.600)
Taxas regulamentares	(12.991)	-	(184.070)	(64.084)
Riscos fiscais, civis e trabalhistas pagos	-	-	9.246	-
Adiantamento Eletrobrás - aporte CDE	(435)	3.738	-	(23.842)
<b>Caixa oriundo das operações</b>	845.648	1.236.238	4.170.890	3.623.904
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(76.561)	(45.080)	(1.093.465)	(866.025)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.551)	(39.976)	(559.879)	(768.578)
<b>Caixa líquido oriundo das atividades operacionais</b>	741.536	1.151.182	2.517.546	1.989.301
<b>Atividades de Investimentos</b>	-	-	-	-
Aquisição de participação societária, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(706.186)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	-	-	-	(172.476)
Aumento de capital em investidas	(1.563)	(66.701)	-	-
Aquisições de imobilizado	(345)	(508)	(882.588)	(1.027.109)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	4.710	49.263	41.392	(13.943)
Operações de arrendamento	-	-	(584)	(6.581)
Adições de intangível	-	-	(852.248)	(1.432.902)
Venda de ativo não circulante	-	-	80.945	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(59.342)	(55)	-	-
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(8.290)	2.799	(81.456)	-
Outros	-	-	-	(1.374)
<b>Utilização de caixa em atividades de investimentos</b>	(64.830)	(15.202)	(1.694.539)	(3.360.571)
<b>Atividades de financiamentos</b>	-	-	-	-
Oferta pública de ações de controlada	-	-	328.500	-
Captação de empréstimos e debêntures	1.287.180	-	5.958.322	4.286.812
Amortização de principal de empréstimos e debêntures, líquida de derivativos	(299.535)	(149.827)	(4.499.451)	(1.737.088)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(175.131)	(1.393.507)	(838.990)	(1.406.846)
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos</b>	812.514	(1.543.334)	948.381	1.142.878
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	848.837	(407.354)	1.771.388	(228.392)
<b>Saldo inicial em caixa e equivalentes de caixa</b>	141.835	549.189	2.435.034	2.663.425
<b>Saldo final em caixa e equivalentes de caixa</b>	990.672	141.835	4.206.422	2.435.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do Valor Adicionado**  
Para os exercícios fintos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 rerepresentado	31/12/2013	31/12/2012 rerepresentado
<b>1 - Receita</b>	2.162	2.108	20.202.380	22.177.037
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.817	1.600	18.334.968	19.897.228
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	345	508	933.337	1.092.070
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.004.399	1.351.550
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(70.324)	(163.811)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	(8.881)	(12.700)	(12.149.335)	(12.656.301)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(9.125.580)	(9.168.816)
2.2 Material	(320)	(424)	(635.653)	(876.839)
2.3 Serviços de terceiros	(5.370)	(6.902)	(910.453)	(1.057.512)
2.4 Outros	(3.191)	(5.374)	(1.477.649)	(1.553.134)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	(6.719)	(10.592)	8.053.045	9.520.736
<b>4 - Retenções</b>	(76)	(65)	(1.057.261)	(979.206)
4.1 Depreciação e amortização	(76)	(65)	(760.285)	(694.493)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(296.977)	(284.714)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	(6.794)	(10.657)	6.995.783	8.541.530
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	1.095.519	1.315.809	835.455	846.842
6.1 Receitas financeiras	72.740	34.395	714.588	726.163
6.2 Equivalência patrimonial	1.022.779	1.281.414	120.868	120.679
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5-6)</b>	1.088.725	1.305.152	7.831.239	9.388.372
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>	-	-	-	-
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	11.362	14.713	748.154	700.364
8.1.1 Remuneração direta	8.209	6.218	460.373	429.458
8.1.2 Benefícios	2.248	8.005	251.652	227.454
8.1.3 F.G.T.S.	905	489	36.129	43.452
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	55.343	76.986	4.421.865	6.148.889
8.2.1 Federais	55.322	76.982	1.625.726	2.954.321
8.2.2 Estaduais	20	4	2.782.086	3.183.205
8.2.3 Municipais	-	-	14.053	11.363
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	84.602	37.201	1.712.182	1.332.058
8.3.1 Juros	84.475	37.081	1.673.516	1.299.091
8.3.2 Aluguéis	127	121	38.665	29.425
8.3.3 Outros	-	-	1	3.542
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	937.419	1.176.251	949.036	1.207.062
8.4.1 Dividendo (incluindo adicional proposto)	843.424	1.089.948	836.452	1.093.869
8.4.2 Lucros retidos	93.995	86.303	112.584	113.193
<b>8.5 Outros</b>	1.088.725	1.305.152	7.831.239	9.388.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Para os exercícios fintos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Sala 142 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil. A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Critério de consolidação	Localização (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Integral	Interior de S. Paulo	234	4.004	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Integral	Interior e litoral de S. Paulo	27	1.572	30 anos	Outubro de 2028
R								

\* continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	31/12/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	01/01/2012 reapresentado
<b>ATIVO Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	2.477.894	(42.860)	-	2.435.034	2.699.837	(36.411)	-	2.663.425
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.268.601	(63.577)	-	2.205.024	1.874.280	(13.547)	-	1.860.733
Dividendo e juros sobre o capital próprio	2.894	52.139	-	55.033	830	26.991	-	27.821
Títulos e valores mobiliários	6.100	-	-	6.100	47.521	-	-	47.521
Tributos a compensar	263.403	(12.417)	-	250.987	277.463	(7.373)	-	270.900
Derivativos	870	-	-	870	3.733	-	-	3.733
Estoques	49.346	(12.520)	-	36.826	44.872	(4.020)	-	40.852
Arrendamentos	9.740	-	-	9.740	4.581	-	-	4.581
Ativo financeiro da concessão	34.444	-	-	34.444	-	-	-	-
Outros créditos	516.903	(6.022)	-	510.880	409.938	(5.154)	-	404.784
<b>Total do circulante</b>	<b>5.630.196</b>	<b>(85.257)</b>	-	<b>5.544.938</b>	<b>5.363.053</b>	<b>(39.514)</b>	-	<b>5.323.541</b>
<b>Não circulante</b>								
Consumidores, concessionárias e permissionárias	162.017	(359)	-	161.658	182.300	-	-	182.300
Depósitos judiciais	1.184.554	(59.215)	-	1.125.339	1.128.616	(45.999)	-	1.082.617
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	109.965	(35.055)	-	74.910
Tributos a compensar	225.036	(18.383)	-	206.653	216.715	(18.114)	-	198.601
Derivativos	486.438	-	-	486.438	215.642	-	-	215.642
Créditos fiscais diferidos	1.318.618	(60.831)	-	1.257.787	1.176.535	(49.954)	-	1.126.581
Arrendamentos	31.703	-	-	31.703	24.521	-	-	24.521
Ativo financeiro da concessão	2.342.796	-	-	2.342.796	1.376.864	-	-	1.376.864
Entidade de previdência privada	10.203	-	(10.203)	-	3.418	-	(3.416)	-
Investimentos ao custo	116.654	-	-	116.654	116.654	-	-	116.654
Outros créditos	420.155	(76.340)	-	343.814	279.460	(45.934)	-	233.526
Investimentos	-	1.022.126	-	1.022.126	-	-	-	1.006.324
Imobilizado	9.611.958	(2.507.897)	-	7.104.060	8.292.076	(2.619.351)	-	5.672.725
Intangível	9.535.360	(355.048)	-	9.180.312	8.927.439	(392.766)	-	8.534.673
<b>Total do não circulante</b>	<b>25.445.491</b>	<b>(2.055.948)</b>	<b>(10.203)</b>	<b>23.379.341</b>	<b>22.050.003</b>	<b>(2.200.850)</b>	<b>(3.416)</b>	<b>19.845.737</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>31.075.687</b>	<b>(2.141.205)</b>	<b>(10.203)</b>	<b>28.924.279</b>	<b>27.413.057</b>	<b>(2.240.364)</b>	<b>(3.416)</b>	<b>25.169.278</b>

	Consolidado							
	31/12/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	01/01/2012 reapresentado
<b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores	1.691.002	(1.865)	-	1.689.137	1.240.143	44.174	-	1.284.317
Encargos de dívidas	142.599	(4.305)	-	138.293	141.902	(5.734)	-	136.169
Encargos de debêntures	95.614	(789)	-	94.825	83.552	(4.495)	-	79.057
Empréstimos e financiamentos	1.558.499	(139.465)	-	1.419.034	896.414	(132.317)	-	764.097
Debêntures	336.459	(26.309)	-	310.149	531.185	(14.830)	-	516.355
Entidade de previdência privada	51.675	-	-	51.675	40.695	-	(524)	40.171
Taxas regulatamentares	114.488	(3.712)	-	110.776	145.146	(5.230)	-	139.916
Impostos, taxas e contribuições	442.365	(11.894)	-	430.472	483.028	(17.935)	-	465.093
Dividendo e juros sobre o capital próprio	26.542	-	-	26.542	24.524	-	-	24.524
Obrigações estimadas com pessoal	72.535	(810)	-	71.725	70.771	(736)	-	70.035
Derivativos	109	-	-	109	-	-	-	-
Uso do bem público	30.422	(26.979)	-	3.443	28.738	(25.626)	-	3.112
Outras contas a pagar	631.403	(7.776)	-	623.267	813.338	(21.491)	-	791.848
<b>Total do circulante</b>	<b>5.193.351</b>	<b>(223.903)</b>	-	<b>4.969.447</b>	<b>4.499.437</b>	<b>(184.220)</b>	<b>(524)</b>	<b>4.314.692</b>
<b>Não circulante</b>								
Fornecedores	4.467	-	-	4.467	-	-	-	-
Encargos de dívidas	62.271	-	-	62.271	23.627	-	-	23.627
Empréstimos e financiamentos	9.035.534	(1.377.338)	-	7.658.196	7.382.455	(1.506.562)	-	5.875.893
Debêntures	5.895.143	(104.880)	-	5.790.263	4.548.651	(130.877)	-	4.417.774
Entidade de previdência privada	325.455	-	505.729	831.184	414.629	-	(108.856)	305.773
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	1.155.733	165	-	-	165
Créditos fiscais diferidos	1.155.733	-	-	1.155.733	1.038.101	-	-	1.038.101
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	386.079	(36.985)	-	349.094	338.121	(34.891)	-	303.231
Derivativos	336	-	-	336	24	-	-	24
Uso do bem público	461.157	(384.787)	-	76.371	440.926	(368.566)	-	72.360
Outras contas a pagar	149.099	(13.312)	-	135.788	174.410	(15.248)	-	159.161
<b>Total do não circulante</b>	<b>17.475.275</b>	<b>(1.917.301)</b>	<b>505.729</b>	<b>16.063.703</b>	<b>14.361.110</b>	<b>(2.056.144)</b>	<b>(108.856)</b>	<b>12.196.111</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	4.793.424	-	-	4.793.424	4.793.424	-	-	4.793.424
Reservas de capital	228.322	-	-	228.322	229.956	-	-	229.956
Reserva legal	556.481	-	-	556.481	495.185	-	-	495.185
Reserva de retenção de lucros para investimento	326.899	-	-	326.899	-	-	-	-
Dividendo	455.906	-	-	455.906	758.470	-	-	758.470
Resultado abrangente acumulado	535.627	-	(572.225)	(36.598)	563.005	-	-	563.005
Lucros acumulados	-	-	56.293	56.293	227.118	-	105.964	333.082
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>6.896.660</b>	<b>(515.932)</b>	<b>505.729</b>	<b>6.380.728</b>	<b>7.067.158</b>	<b>(105.964)</b>	<b>7.173.122</b>	
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores</b>	<b>1.510.401</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.510.401</b>	<b>1.485.352</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.485.352</b>
<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>8.407.061</b>	<b>(515.932)</b>	<b>505.729</b>	<b>7.891.129</b>	<b>8.552.511</b>	<b>(105.964)</b>	<b>7.173.122</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>31.075.687</b>	<b>(2.141.205)</b>	<b>(10.203)</b>	<b>28.924.279</b>	<b>27.413.057</b>	<b>(2.240.364)</b>	<b>(3.416)</b>	<b>25.169.278</b>

	Consolidado			
	2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	2012 Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>15.055.147</b>	<b>(164.272)</b>	-	<b>14.890.875</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>				
Custo com energia elétrica	(7.725.980)	(527.015)	-	(8.252.995)
Custo de operação	(1.620.312)	-	(49.672)	(1.377.706)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.355.675)	-	-	(1.355.675)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>4.353.181</b>	<b>(399.009)</b>	<b>(49.672)</b>	<b>3.904.499</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas com vendas	(468.345)	200	-	(468.146)
Despesas gerais e administrativas	(732.823)	8.459	-	(724.364)
Outras despesas operacionais	(380.899)	4.001	-	(376.898)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>2.771.113</b>	<b>(386.349)</b>	<b>(49.672)</b>	<b>2.335.091</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>				
Resultados financeiros	-	-	120.680	120.680
Receitas financeiras	720.332	(13.369)	-	706.963
Despesas financeiras	(1.487.964)	203.228	-	(1.284.736)
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>(767.632)</b>	<b>189.859</b>	<b>(577.773)</b>	<b>1.877.998</b>
Contribuição social	(198.987)	20.969	-	(178.017)
Imposto de renda	(547.760)	54.841	-	(492.919)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(746.747)</b>	<b>75.811</b>	<b>(49.672)</b>	<b>(670.936)</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.225.924	-	(49.672)	1.176.252
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	30.810	-	-	30.810
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$	1,27	-	(0,05)	1,22
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$	1,26	-	(0,05)	1,20

	Controladora	
	2012 publicado	2012 reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.225.924</b>	<b>1.176.252</b>
Resultado abrangente do exercício, reflexo sobre os investimentos da Companhia	(49.672)	(572.225)
<b>Resultado abrangente do exercício - individual</b>	<b>1.225.924</b>	<b>604.027</b>

	Consolidado			
	31/12/2012 publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados	31/12/2012 reapresentado
<b>Fluxo de caixa operacional</b>				
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>2.003.481</b>	<b>(75.811)</b>	<b>(49.672)</b>	<b>1.877.998</b>
<b>Ajustes para conciliar o Lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	1.127.103	(148.177)	-	978.926
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	95.226	(90)	-	94.926
Provisão para devedoras duvidosas	163.903	(32)	-	163.871
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	1.099.913	(195.573)	-	904.340
Despesas com plano de pensão	(16.340)	-	49.672	33.332
Equivalência patrimonial	-	(120.680)	-	(120.680)
Perda na baixa de não circulante	54.579	-	-	54.579
PIS e COFINS diferidos	(64.005)	-	-	(64.005)
Outros	21.919	-	-	21.919
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>4.485.779</b>	<b>(540.632)</b>	<b>-</b>	<b>3.945.147</b>
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(486.380)	50.481	-	(435.899)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	-	79.730	-	79.730
Tributos a compensar	48.558	3.214	-	51.772
Operações de Arrendamento	(3.969)	-	-	(3.969)
Depósitos judiciais	8.305	200	-	8.505
Contas a receber Eletrobrás - aporte CDE	(24.972)	-	-	(24.972)
Outros ativos operacionais	(48.523)	7.234	-	(41.289)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	435.014	(46.039)	-	388.975
Outros tributos e contribuições sociais	(146.600)	(2.521)	-	(149.121)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(79.450)	-	-	(79.450)
Taxas regulatamentares	(29.057)	1.457	-	(27.600)
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(64.084)	-	-	(64.084)
Outros passivos operacionais	(68.314)	44.472	-	(23.842)
<b>Caixa oriundo das operações</b>	<b>4.026.307</b>	<b>(402.403)</b>	<b>3.623.904</b>	
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(1.018.078)	152.053	-	(866.025)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(864.145)	95.567	-	(768.578)
<b>Caixa líquido oriundo das atividades operacionais</b>	<b>2.144.084</b>	<b>(154.783)</b>	<b>3.857.379</b>	
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisição de participação societária, líquido do caixa adquirido	(706.186)	-	-	(706.186)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	(172.476)	-	-	(172.476)
Aquisições de imobilizado	(1.034.589)	7.480	-	(1.027.109)
Títulos e valores mobiliários, caucões e depósitos Vinculados	(14.806)	863	-	(13.943)



\* continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**11. OUTROS CRÉDITOS**

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos - Fundação CESP	9.113	7.784	-	-
Adiantamento - fornecedores	17.159	17.917	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	7.695	53.566	174.538	191.931
Cauções - fundo vinculado empréstimo moeda estrangeira	-	-	-	34.287
Ordens em curso	273.496	221.883	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.929	8.214	-	-
Contratos de pré-compra de energia	14.614	47.832	30.981	40.254
Convênios de arrecadação	61.771	65.214	-	-
Despesas antecipadas	39.207	9.258	1.359	3.132
Contas a receber Eletrobrás - Aporte CDE	170.543	24.972	-	-
Contas a receber - combinação de negócios	-	-	13.950	13.950
Adiantamento a funcionários	11.097	6.806	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.930)	(20.603)	(221)	(1.397)
Outros	74.689	68.040	75.488	61.657
<b>Total</b>	<b>673.383</b>	<b>510.880</b>	<b>296.096</b>	<b>343.814</b>

**Cauções, fundos e depósitos vinculados** - São garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas. **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos programas de Eficiência energética ("PEE"), instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 300/2008, e Pesquisa e desenvolvimento ("P&D"), instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 316/2008, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/2012. Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 23). **Contratos de pré-compra de energia** - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro. **Convênios de arrecadação** - Referem-se a (i) convênios firmados pelas distribuidoras com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referente à distribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros; e (ii) recebimentos pela controlada CPFL Total, para posterior repasse aos clientes que utilizam dos serviços de arrecadação prestados por esta controlada. **Contas a receber Eletrobrás - Aporte CDE** - Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 11.808; (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 70.254; e (iii) aportes relacionados a ESS - segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária no montante de R\$ 88.481.

**12. INVESTIMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	reapresentado	reapresentado	reapresentado	reapresentado
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial	5.430.352	4.867.886	1.018.565	1.006.771
Pelo patrimônio líquido da controlada	983.518	1.114.676	14.116	15.355
Mais valia de ativos, líquidos	6.054	6.054	-	-
Ágio de rentabilidade futura	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.419.924</b>	<b>5.988.616</b>	<b>1.032.681</b>	<b>1.022.126</b>

**12.1 - Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:** As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2012	
	Quantidade (mil)	de ações	Capital social	Patrimônio líquido	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial
	de ações	Total do ativo	social	líquido	do exercício	líquido
CPFL Paulista	209.854	7.178.481	209.854	1.186.113	620.412	1.186.113
CPFL Piratininga	53.031.259	2.640.008	99.900	384.609	82.985	384.609
CPFL Santa Cruz	371.772	356.681	63.858	100.369	(143)	100.369
CPFL Leste Paulista	895.733	155.983	24.145	60.578	6.826	60.578
CPFL Sul Paulista	463.482	192.453	21.041	51.432	6.743	51.432
CPFL Jaguarí	212.126	167.553	16.294	23.261	(6.631)	23.261
CPFL Mococa	121.761	122.812	14.797	34.145	15.482	34.145
RGE	807.169	3.517.184	919.464	1.254.557	126.851	1.254.557
CPFL Geração	205.487.717	5.717.271	1.039.619	2.116.833	239.561	2.116.833
CPFL Jaguarí Geração (*)	40.108	53.090	40.108	48.356	8.962	48.356
CPFL Brasil	2.999	438.617	2.999	35.246	36.426	35.246
CPFL Planalto (*)	630	5.120	630	(115)	(702)	(115)
CPFL Serviços	1.528.988	162.485	66.620	77.078	7.445	77.078
CPFL Atende (*)	1	26.701	13.991	13.746	624	13.746
Nect (*)	2.059	18.958	2.059	5.999	5.796	5.999
CPFL Total (*)	19.005	45.331	19.005	20.893	3.226	20.893
CPFL Jaguaruina (*)	189.620	2.770	2.926	2.512	325	2.512
CPFL Telecom	19.900	24.549	20	(1.311)	(1.313)	(1.313)
CPFL Centrais Geradoras	14.976	18.601	14.976	16.041	1.065	16.041
CPFL Participações	10	-	-	10	-	-
<b>Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada</b>				<b>5.430.352</b>		<b>4.867.886</b>
Amortização da mais valia de ativos				-		(131.161)
<b>Total</b>				<b>5.430.352</b>		<b>4.867.886</b>

(\*) Quantidade de quotas  
A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 131.161 (R\$ 136.453 em 2012) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC09 (R1). A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2013 e 2012 é como segue:

Investimento em	Aumento/Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Alteração na participação societária	Dividendo e juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Outros	Investimento em 31/12/2013
CPFL Paulista	-	-	620.412	-	(161.504)	-	-	1.186.113
CPFL Piratininga	-	-	82.985	122.403	(36.722)	-	-	384.609
CPFL Santa Cruz	-	-	(143)	-	(7.156)	-	4	100.369
CPFL Leste Paulista	-	-	6.826	-	(11.522)	(1.971)	96	60.578
CPFL Sul Paulista	-	-	6.743	-	(17.263)	(7.090)	176	51.432
CPFL Jaguarí	-	-	(6.631)	-	(12.145)	(1.920)	4	23.261
CPFL Mococa	-	-	15.482	-	(17.242)	(2.443)	3	34.145
RGE	1.289.756	-	126.851	23.010	(185.060)	-	-	1.254.557
CPFL Geração	2.534.388	-	239.561	6.029	(532.152)	(190.300)	-	2.116.833
CPFL Jaguarí Geração	48.102	-	8.962	-	(8.709)	-	-	48.356
CPFL Brasil	(81.923)	-	36.426	-	(109.557)	190.300	-	35.246
CPFL Planalto	587	-	(702)	-	-	-	-	(115)
CPFL Serviços	73.056	-	7.445	-	(3.422)	-	-	77.078
CPFL Atende	15.187	-	624	-	(2.066)	-	-	13.746
Nect	4.646	-	5.796	-	(4.443)	-	-	5.999
CPFL Total	21.555	-	3.226	-	(3.888)	-	-	20.893
CPFL Jaguaruina	2.187	-	325	-	-	-	-	2.512
CPFL Telecom	2	-	(1.313)	-	-	-	-	(1.311)
CPFL Centrais Geradoras	-	1.553	1.065	-	-	13.424	-	16.041
CPFL Participações	-	10	-	-	-	-	-	10
<b>Total</b>	<b>4.867.886</b>	<b>1.563</b>	<b>1.153.940</b>	<b>460.226</b>	<b>(1.112.851)</b>	<b>-</b>	<b>283</b>	<b>5.430.352</b>

Investimento em	Aumento/Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Outros	Investimento em 31/12/2013
CPFL Paulista	-	-	423.757	(409.505)	(577.188)	-	418.419
CPFL Piratininga	-	-	142.535	(136.628)	(212.712)	-	215.943
CPFL Santa Cruz	-	-	24.182	-	(33.151)	-	107.665
CPFL Leste Paulista	-	-	9.646	-	(11.085)	-	67.148
CPFL Sul Paulista	-	-	19.622	-	(15.220)	-	68.867
CPFL Jaguarí	-	-	10.694	-	(10.172)	-	43.952
CPFL Mococa	-	-	7.100	-	(6.389)	-	38.345
RGE	1.248.194	-	320.757	(13.020)	(266.175)	-	1.289.756
CPFL Geração	2.491.649	-	318.149	(13.072)	(262.018)	(320)	2.534.388
CPFL Jaguarí Geração	47.909	-	10.185	-	(9.991)	-	48.103
CPFL Brasil	(112.633)	-	105.627	-	(73.605)	(58.011)	(81.923)
CPFL Planalto	8.225	-	5.058	-	(12.696)	-	587
CPFL Serviços	25.330	-	9.140	-	(8.068)	46.654	73.056
CPFL Atende	14.329	-	2.775	-	(1.917)	-	15.187
Nect	3.859	-	5.750	-	(4.963)	-	4.646
CPFL Total	-	10.000	2.683	-	(1.168)	10.040	21.555
CPFL Jaguaruina	1.977	-	209	-	-	-	2.186
CPFL Telecom	-	6	(3)	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>5.463.693</b>	<b>66.706</b>	<b>1.417.867</b>	<b>(572.225)</b>	<b>(1.506.518)</b>	<b>(1.638)</b>	<b>4.867.886</b>

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nas controladas em conjunto registradas pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento na controlada CPFL Geração	31/12/2013		31/12/2012	
	Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	patrimônio líquido
Baesca	153.175	148.606	4.618	(6.476)
Enercan	391.728	393.738	67.640	68.493
Chapecoense	390.822	370.627	60.809	46.501
EPASA	82.839	93.801	(10.961)	13.457
Mais valia de ativos, líquidos	14.116	15.355	(1.238)	(1.294)
<b>Total</b>	<b>1.032.681</b>	<b>1.022.126</b>	<b>120.868</b>	<b>120.680</b>

**12.2 - Reestruturação societária CPFL Brasil e CPFL Geração:** Com o objetivo de simplificar a estrutura societária e centralizar as atividades de geração de energia na controlada CPFL Geração, realizou-se reestruturação societária com cisão parcial da controlada CPFL Brasil para a controlada CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento até então detido pela controlada CPFL Brasil na controlada indireta CPFL Renováveis. Conseqüentemente, a partir de 1º de janeiro de 2013, data-base da cisão, a controlada CPFL Geração passou a deter a totalidade da participação societária direta na controlada CPFL Renováveis. O acervo líquido cindido da controlada CPFL Brasil, apurado na data-base 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 1, representado por (i) disponibilidades de R\$ 19; (ii) investimento na CPFL Renováveis de R\$ 905.281, (iii) ágio de aquisição de R\$ 190.300; e (iv) dívida de R\$ 1.095.599 líquida de gastos de emissão. A cisão representou, na controlada CPFL Brasil, uma redução de capital de R\$ 1, recomposto simultaneamente pela Companhia através de aporte de capital de mesmo valor. O ágio de R\$ 190.300 havia sido registrado na controlada CPFL Brasil quando da aquisição da CPFL Renováveis em 2011, em função da controlada CPFL Brasil não deter o controle operacional e financeiro da CPFL Renováveis. Uma vez que a controlada CPFL Geração obteve o controle da CPFL Renováveis com a reestruturação societária ocorrida em março de 2013, a controlada CPFL Geração registrou o montante de R\$ 190.300 diretamente no patrimônio líquido, de forma análoga ao registro efetuado pela Companhia quando da combinação de negócios da CPFL Renováveis. Esta reestruturação entre as controladas não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia. Para a dívida cindida, representada pela emissão de debêntures, a controlada CPFL Geração emitiu novas debêntures em substituição às emitidas pela CPFL Brasil, contendo as mesmas características quanto a custo, prazos de amortização e taxas de juros. **12.3 - Reestruturação societária CPFL Centrais Geradoras, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguarí e CPFL Mococa:** Em 31 de julho de 2013, com o objetivo de atender o Decreto 7.805/12 e a Lei 12.783/13 sobre desverticalização de geradoras contidas em distribuidoras de energia elétrica, foi realizada reestruturação societária com cisão dos ativos de geração das distribuidoras CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Sul Paulista, e CPFL Mococa que detinham as usinas Rio do Peixe I, Rio do Peixe II, Santa Alice, Macaco Branco, Lavrinha, São José, Turvinho, Pinheiro e São Sebastião. Estes ativos foram aportados na CPFL Centrais Geradoras e a Companhia passou a deter 100% do capital social da controlada direta CPFL Centrais Geradoras. O acervo líquido cindido das controladas distribuidoras, apurado na data-base 31 de julho de 2013, é de R\$ 13.424, representado por:

	Acervo líquido	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	2.227	-
Ativo financeiro da concessão	12.861	-
Intangível	553	-
Outros ativos	8	-
<b>PASSIVO</b>		
Obrigações estimadas	72	-
Débito fiscal diferido	2.134	-
Participação nos lucros	20	-
<b>ACERVO LÍQUIDO</b>	<b>13.424</b>	<b>-</b>

Esta reestruturação entre as controladas não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia. **12.4 - Oferta de ações CPFL Renováveis:** Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a oferta pública de distribuição primária de 28 milhões de ações ordinárias, secundária de 43,9 milhões de ações ordinárias e complementares de 1,2 milhão de ações ordinárias da controlada CPFL Renováveis, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desobrigadas de quaisquer ônus ou gravames, totalizando 73,1 milhões de ações a R\$12,51 cada, perfazendo o montante de R\$ 914.686. A operação promoveu a captação bruta (i) de R\$ 364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data-base de 31 de março de 2013, data da última informação contábil disponível antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos foi destinado à conta de reserva de capital e (ii) de R\$ 549.999 na oferta secundária. Os custos de captação incorridos nesta operação foram de R\$ 36.187. Como consequência da operação descrita acima, a Companhia, através da controlada CPFL Geração, teve a sua participação na CPFL Renováveis diluída de 63% para 58,84%, e apurou uma variação positiva na participação societária no montante de R\$ 59.308, que de acordo com o ICPC 09 (R1) e IFRS 10 foi reconhecida como transação patrimonial, ou seja, transação com os sócios, e contabilizada

diretamente no Patrimônio Líquido na conta de reserva de capital. **12.5 - Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos a receber:** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

	Dividendo		Controladora		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	Juros sobre o capital próprio	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	reapresentado	reapresentado	reapresentado	reapresentado	reapresentado	reapresentado
Controlada	389.872	254.294	34.879	12.683	424.751	266.978
CPFL Paulista	117.816	88.211	11.267	5.879	129.083	94.090
CPFL Piratininga	19.764	14.481	3.916	2.043	23.681	16.524
CPFL Santa Cruz	10.323	-	940	-	11.263	-
CPFL Leste Paulista	21.095	5.153	2.165	1.130	23.260	

continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. IMOBILIZADO**

	Consolidado							31/12/2012		
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total	reapresentado	Taxa de amortização 2012
<b>Saldo em 01/01/2012 reapresentado</b>	<b>131.845</b>	<b>331.446</b>	<b>2.104.415</b>	<b>2.094.687</b>	<b>3.117</b>	<b>14.262</b>	<b>992.954</b>	<b>5.672.725</b>		
Custo histórico	134.745	540.560	2.527.002	2.946.214	8.152	19.667	992.954	7.169.494		
Depreciação acumulada	(2.900)	(209.114)	(422.587)	(851.526)	(5.035)	(5.607)	—	(1.496.770)		
Adições	1.185	21.105	18.648	68.574	315	257	983.903	1.093.987		
Baixas	(1.192)	(2.086)	(4.002)	(6.020)	(775)	(371)	(68)	(14.514)		
Reversão de provisão para custos socioambientais	—	(66.763)	—	—	—	—	—	(66.763)		
Transferências	(17.343)	701.548	(557.182)	1.232.197	3.077	3.071	(1.365.368)	—		
Reclassificações e transferências outros ativos - custo	—	—	—	3.939	—	—	(55)	3.884		
Reclassificação de custo	—	217.435	(333.674)	115.355	14	870	—	—		
Depreciação	(3.885)	(15.523)	(74.024)	(188.218)	(1.085)	(2.332)	—	(285.067)		
Baixa da depreciação	—	995	157	2.586	696	282	—	4.715		
Reclassificações e transferências outros ativos - depreciação	—	(71.606)	92.615	(20.970)	10	(50)	—	—		
Combinação de negócios	—	—	65.470	606.620	—	(2)	23.006	695.093		
<b>Saldo em 31/12/2012 reapresentado</b>	<b>110.609</b>	<b>1.116.551</b>	<b>1.312.422</b>	<b>3.908.751</b>	<b>5.370</b>	<b>15.986</b>	<b>634.372</b>	<b>7.104.060</b>		
Custo histórico	117.394	1.459.396	1.677.795	5.044.085	10.772	23.956	634.372	8.967.768		
Depreciação acumulada	(6.786)	(342.845)	(365.372)	(1.135.334)	(5.402)	(7.969)	—	(1.863.708)		
Adições	—	926	2.551	1.000	373	38	926.029	930.916		
Baixas	—	—	—	(1.071)	(847)	(24)	(153)	(2.095)		
Reversão de provisão para custos socioambientais	—	—	(17.747)	—	—	—	—	(17.747)		
Transferências	4.203	13.988	172.530	373.362	19.531	543	(584.156)	—		
Reclassificações e transferências outros ativos - custo	(15)	440	(200)	15.946	17	117	422	16.727		
Reclassificação de custo	1.266	(104.176)	(119.373)	230.290	3	(343)	(7.687)	—		
Depreciação	(4.089)	(43.995)	(71.159)	(206.087)	(2.379)	(2.961)	—	(330.670)		
Baixa da depreciação	—	—	—	103	527	15	—	645		
Reclassificações e transferências outros ativos - depreciação	—	—	(947)	38.524	(35.808)	22	377	—	2.169	
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - custo	3.953	5.420	3.070	7.443	83	(10)	—	19.959		
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - depreciação	—	(1.680)	(2.225)	(2.595)	(38)	(6)	—	(6.544)		
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>115.946</b>	<b>986.527</b>	<b>1.318.394</b>	<b>4.291.334</b>	<b>22.661</b>	<b>13.732</b>	<b>968.826</b>	<b>7.717.419</b>		
Custo histórico	126.820	1.375.993	1.718.629	5.671.053	29.928	24.277	968.826	9.915.527		
Depreciação acumulada	(10.874)	(389.466)	(400.235)	(1.379.719)	(7.267)	(10.545)	—	(2.198.107)		
<b>Taxa média de depreciação 2013</b>	<b>3,86%</b>	<b>3,16%</b>	<b>2,75%</b>	<b>3,31%</b>	<b>14,23%</b>	<b>9,38%</b>				
<b>Taxa média de depreciação 2012</b>	<b>3,86%</b>	<b>2,83%</b>	<b>2,99%</b>	<b>4,15%</b>	<b>16,16%</b>	<b>6,50%</b>				

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 905.444. Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2013, foram capitalizados R\$ 48.339 (R\$ 32.527 em 2012). Para maiores detalhes sobre os ativos em construção e as respectivas taxas de captações dos empréstimos, vide nota 29. A controlada CPFL Renováveis concluiu, em 2013, o processo de revisão do controle patrimonial da controlada Bons Ventos ("BVP"), e, como resultado deste processo, efetuou a transferência do intangível e reclassificações de edificações e benfeitorias para máquinas e equipamentos, ambos demonstrados na linha de "transferências". A referida reclassificação não implicou na alteração da despesa de depreciação, tendo em vista que os bens encontravam-se registrados com as vidas úteis adequadas. No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização" (nota 28). Em 31 de dezembro de 2013, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 16, é de aproximadamente R\$ 888.213, sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis (R\$ 875.802). **Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**14. INTANGÍVEL**

	Consolidado					
	Ágio	Adquirido em combinações de negócios	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis
<b>Saldo em 01/01/2012 reapresentado</b>	<b>6.115</b>	<b>4.103.740</b>	<b>3.584.408</b>	<b>730.807</b>	<b>34.421</b>	<b>75.182</b>
Custo histórico	6.152	5.935.055	8.975.287	730.807	38.679	141.498
Amortização acumulada	(37)	(1.831.315)	(5.390.879)	—	(4.258)	(66.315)
Adições	—	792.320	—	1.418.637	—	29.910
Amortização	—	(284.714)	(390.133)	—	(1.419)	(18.713)
Transferência - intangíveis	—	—	961.030	(961.030)	—	—
Transferência - ativo financeiro	—	—	(294.785)	(555.101)	—	(849.886)
Baixas e transferência de outros ativos	—	—	(44.091)	—	—	(50.363)
<b>Saldo em 31/12/2012 reapresentado</b>	<b>6.115</b>	<b>4.611.347</b>	<b>3.816.428</b>	<b>633.313</b>	<b>33.001</b>	<b>80.108</b>
Custo histórico	6.152	6.815.774	9.183.730	633.313	38.679	156.661
Amortização acumulada	(37)	(2.204.427)	(5.367.301)	—	(5.678)	(76.553)
Adições	—	—	—	853.649	—	7.444
Amortização	—	(296.978)	(413.994)	—	(1.419)	(14.196)
Transferência - intangíveis	—	—	412.930	(412.930)	—	—
Transferência - ativo financeiro	—	—	(22.499)	(498.669)	—	(521.169)
Baixas e transferência de outros ativos	—	(1.989)	(29.115)	(1.232)	—	(12.433)
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras	—	—	(653)	—	—	(553)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>6.152</b>	<b>4.312.381</b>	<b>3.763.197</b>	<b>574.131</b>	<b>31.582</b>	<b>60.922</b>
Custo histórico	6.152	6.811.237	9.310.710	574.131	35.840	156.023
Amortização acumulada	(37)	(2.498.856)	(5.547.513)	—	(4.258)	(95.100)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes linhas: (i) "depreciação e amortização" para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) "amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo Intangível Adquirido em Combinação de Negócios (nota 28). Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No consolidado, para o ano de 2013, foram capitalizados R\$ 8.845 (R\$ 15.645 em 2012) a uma taxa de 8,32% a.a. (8,23% a.a. em 2012). **14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios:** A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado		Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado			
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
<b>BNDES - Repotenciação</b>					
<b>CPFL Renováveis</b>	1.235	4.834	TJLP + 3,1% a 4,3%	72 a 75 parcelas mensais a partir de setembro de 2007 e julho de 2008	Aval e Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>BNDES/BNB/FINEP/NIB - Investimento</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
FINEM III	—	26.885	TJLP + 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Fiança da CPFL Energia, recebíveis e nota promissória
FINEM IV	64.103	128.200	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	137.092	170.651	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	62.312	71.522	Prefixado 5,5% a 8,0%	114 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VII	283.851	149.879	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VIII	217.319	190.349	Prefixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	50.706	59.149	Prefixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Piratininga</b>					
FINEM II	—	15.971	TJLP + 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Fiança da CPFL Energia, recebíveis e nota promissória
FINEM III	26.719	53.434	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	80.284	55.166	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	51.525	29.591	Prefixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	73.809	91.622	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	30.673	35.125	Prefixado 5,5% a 8%	114 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	24.044	28.048	Prefixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
<b>RGE</b>					
FINEM IV	40.805	81.606	TJLP + 3,28 a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	82.702	102.980	TJLP + 2,12 a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	20.516	23.385	Prefixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	157.318	85.257	TJLP + 2,06 a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	74.433	51.671	Prefixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	12.065	14.074	Prefixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
FINAME	345	404	Prefixado 10,0%	90 Parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
FINAME e CCB - Cédula de Crédito Bancário	3.159	5.527	TJLP + 2,00% a 2,90%	54 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2010 e 36 Parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM I	—	18.374	TJLP + 1,66% a 3,06%	28 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia
FINEM I	—	4.330	TJLP + 1,66% a 3,06%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Leste Paulista</b>					
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.688	4.090	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e Recebíveis
FINEM I	—	8.881	TJLP + 1,66% a 3,06%	28 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia
FINEM I	—	1.685	TJLP + 2,06% a 3,06%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Sul Paulista</b>					
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.911	4.430	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM I	—	11.071	TJLP + 1,66% a 3,06%	28 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia
FINEM I	—	1.242	TJLP + 2,06% a 3,06%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Jaguarí</b>					
CCB - Cédula de Crédito Bancário	1.547	2.639	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.136	2.138	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Cédula de Crédito Bancário	607	531	Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Mococa</b>					
CCB - Cédula de Crédito Bancário	1.824	3.040	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.747	2.750	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Cédula de Crédito Bancário	781	683	Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Cédula de Crédito Bancário	57	—	Cesta de Moedas + 1,99%	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.305	—	TJLP + 2,99%	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Serviços</b>					
FINAME	14.658	3.478	Prefixado 2,5% a 10,0%	127 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	87	101	TJLP + 4,2%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
<b>CERAN</b>					
CERAN	409.365	458.569	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Recitas e Aval da CPFL Energia
CERAN	54.956	54.067	Cesta de moedas + 5% (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Recitas e Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Transmissão</b>					
CPFL Transmissão - FINAME	4.667	—	Prefixado 3,0%	96 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Aval CPFL Energia
<b>CPFL Renováveis</b>					
FINEM I	352.830				

continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Consolidado		Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado			
<b>CPFL Piratininga</b>					
Capital de Giro	-	2.290	TJLP + 5% (2)	24 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Não existem Garantias
Capital de Giro	-	20.766	TJLP + 5% (2)	24 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Nota Promissória
<b>CPFL Geração</b>					
Capital de Giro	-	14.015	TJLP + 4,95%	24 Parcelas mensais a partir de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
Banco do Brasil - Lei 8727	4.648	16.984	IGP-M + 7,42%	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Recebíveis (CPFL Paulista e governo SP)
Banco do Brasil - Capital de giro	105.124	104.612	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	131.541	182.385	98,5% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	93.769	174.749	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (***)	256.117	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Piratininga</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	12.098	16.774	98,5% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	12.256	22.573	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - capital de giro (***)	45.077	-	104,9% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
<b>RGE</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	56.771	172.665	98,50% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	35.339	62.992	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	10.044	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	4.331	7.905	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (***)	33.807	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Leste Paulista</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	10.326	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	11.133	20.429	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro (***)	8.140	9.316	100% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012 e de janeiro de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Sul Paulista</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	6.215	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	5.970	10.950	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (***)	21.514	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Jaguarí</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	1.099	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	3.747	6.955	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (***)	2.970	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro (***)	16.615	19.416	100% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Mococa</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	-	5.210	98,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	1.905	3.471	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (***)	19.464	-	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro (***)	5.392	6.320	100% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Serviços</b>					
Banco IBM - Capital de giro (***)	7.325	8.248	CDI + 0,10%	11 Parcelas semestrais a partir de junho de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Geração</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro	628.005	624.326	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Renováveis</b>					
Banco Safra	27.713	52.542	CDI+ 0,4%	Parcelas anuais até 2014	Não existem garantias
HSBC	343.190	397.523	CDI + 0,5%	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	-	331.538	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2013	Não existem garantias
Banco do Brasil - Nota promissória	144.428	-	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2014	Alienação de ações
Banco Itaú - Capital de giro	150.175	-	105% do CDI	parcela semestral até jun/14	Não existem garantias
<b>Outros</b>					
<b>Eletrobrás</b>					
CPFL Paulista	6.918	8.490	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Piratininga	390	555	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias
RGE	11.834	14.165	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Santa Cruz	2.173	2.806	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Leste Paulista	961	845	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2008	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Sul Paulista	1.072	1.366	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2007	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Jaguarí	58	77	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de junho de 2007	Recebíveis e notas promissórias
CPFL Mococa	275	334	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Recebíveis e notas promissórias
<b>Outros</b>	36.713	7.402			
<b>Subtotal Moeda Nacional - Custo</b>	<b>7.221.542</b>	<b>6.842.504</b>			
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
C-Bond	-	3.310	US\$ + 8% (4)	21 Parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Recebíveis e aval governo SP
Discount Bond	-	17.879	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125% (4)	Parcela única em abril de 2024	Recebíveis e aval governo SP
PAR-Bond	-	25.856	US\$ + 6% (4)	Parcela única em abril de 2024	Recebíveis e aval governo SP
<b>Subtotal Moeda Estrangeira - Custo</b>	<b>-</b>	<b>47.045</b>			
<b>Total Mensurados ao Custo</b>	<b>7.221.542</b>	<b>6.895.549</b>			
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
BNP Paribas	-	215.534	US\$ + 2,78% (3)	Parcela única em junho de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P.Morgan	-	106.746	US\$ + 2,74% (3)	Parcela única em julho de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P.Morgan	-	106.156	US\$ + 2,55% (3)	Parcela única em agosto de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	-	317.501	US\$ + 2,33% (3)	Parcela única em julho de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	251.037	226.077	US\$ + 3,69% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	358.821	-	US\$ + Libor 3m + 1,48% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Societe Generale	-	48.535	US\$ + 3,55% (3)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSBC	-	50.654	US\$ + 2,37% (3)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	58.748	52.444	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Morgan Stanley	121.420	107.877	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (3)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	121.476	107.952	US\$ + Libor 6 meses + 1,77% (3)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Piratininga</b>					
BNP Paribas	-	63.855	US\$ + 2,62% (3)	Parcela única em julho de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P.Morgan	-	212.169	US\$ + 2,52% (3)	Parcela única em agosto de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Societe Generale	-	63.685	US\$ + 3,55% (3)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	76.733	68.498	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	19.384	17.233	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (3)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Sumitomo Mitsui (***)	-	107.703	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (3)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	107.150	-	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Geração</b>					
Citibank	151.427	134.642	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (3)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>RGE</b>					
J.P.Morgan	113.630	101.214	US\$ + 2,64% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	-	42.343	US\$ + Libor 3m + 0,82% (6)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	192.741	-	US\$ + Libor 3m + 0,83% (6)	Parcela única em maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	169.371	148.853	US\$ + Libor 6 meses + 1,45% (5)	Parcela única em abril de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
J.P.Morgan	23.099	20.522	US\$ + 2,38% (3)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Banco Santander	20.943	-	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Leste Paulista</b>					
Scotiabank	29.309	25.920	US\$ + 2,695% (3)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	11.276	9.962	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (3)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Sul Paulista</b>					
J.P.Morgan	12.127	10.775	US\$ + 2,38% (3)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	12.309	10.912	US\$ + 2,695% (3)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	11.276	9.985	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (3)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Banco Santander	23.037	-	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Jaguarí</b>					
Scotiabank	15.241	13.510	US\$ + 2,695% (3)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	10.334	9.162	US\$ + Libor 6 meses + 1,57% (3)	Parcela única em agosto de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	32.461	-	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Mococa</b>					
Scotiabank	12.896	11.432	US\$ + 2,695% (3)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	9.866	8.737	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (3)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>Total Moeda Estrangeira - Valor Justo</b>	<b>2.008.454</b>	<b>2.388.245</b>			
<b>Total Consolidado</b>	<b>9.229.996</b>	<b>9.277.794</b>			

As controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a: (1) 176,19% do CDI; (2) 106% a 106,5% do CDI; (3) 95,50% a 106,85% do CDI; (4) Dada a existência de ativos indexados em dólar, consta um swap parcial no montante de R\$ 12,89 convertendo a variação da moeda para 95,78% do CDI; (5) 108% do CDI; (6) 106,40% e 107,70% do CDI. (\*) Taxa efetiva: CPFL Paulista e CPFL Piratininga - 98,5% CDI + 2,88%; RGE - 98,5% do CDI + 2,5% a.a.; CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguarí - 98,5% CDI + 2,28%. (\*\*) Taxa Efetiva: CPFL Paulista - 99,0% do CDI + 2,38% e CPFL Piratininga - 99,0% do CDI + 2,4%; RGE - 99,0% do CDI + 2,38% a.a.; CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí - 99,0% do CDI + 2,38%. (\*\*\*) Taxa Efetiva: CPFL Paulista, CPFL Santa Cruz CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguarí - 100% a 104% do CDI + 2,28%; CPFL Serviços - CDI + 0,10% a.a. + 1,88%; CPFL Piratininga - 98,65% CDI + 0,10%. (\*\*\*\*) Taxa Efetiva: CPFL Piratininga - 104,9% do CDI. Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificaram suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 2.008.454 (R\$ 2.388.245 em 31 de dezembro de 2012). As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro das controladas. As perdas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 44.194 (R\$ 95.435 em 31 de dezembro 2012), deduzidas dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 18.080 (R\$ 81.753 em 31 de dezembro de 2012), contratados para proteção da variação cambial (nota 34), geraram uma perda total líquida de R\$ 26.114 (R\$ 13.682 em 31 de dezembro de 2012). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

	Consolidado
2015	1.459.838
2016	1.973.541
2017	826.253
2018	1.028.459
2019	520.103
2020 a 2024	1.389.080
2025 a 2029	304.869
<b>Subtotal</b>	<b>7.502.143</b>
Marcação a mercado	44.001
<b>Total</b>	<b>7.546.144</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada		Consolidado % da dívida	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
IGP-M	5,53	7,81	0,91	1,07
UMBNB	17,80	12,16	0,62	0,60
TJLP	5,00	5,75	39,03	34,79
CDI	8,02	8,40	45,42	50,70
Outros	-	-	14,03	12,84
			100,00	100,00

**Principais adições no exercício: Moeda nacional: Investimento: CPFL Paulista - FINEM VI** - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2012, no montante de R\$ 790.000, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada no plano de investimento da controlada. Em 2013 houve liberação de R\$ 161.254, e o saldo remanescente (R\$ 288.746) deverá ser utilizado até o término do primeiro trimestre de 2014. **CPFL Piratininga - FINEM V** - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2012, no montante de R\$ 220.000, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada no plano de investimento da controlada. Em 2013 houve liberação de R\$ 47.364 e o saldo remanescente (R\$ 88.136) deverá ser utilizado até o término do primeiro trimestre de 2014. **RGE - FINEM VI** - A controlada obteve a aprovação de financiamento em 2012, no montante de R\$ 274.997, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada no plano de investimento da controlada. Em 2013 houve liberação de R\$ 94.639 e o saldo remanescente (R\$ 43.849) deverá ser utilizado até o término do primeiro trimestre de 2014. **CPFL Serviços - FINAME** - Em 2013, a controlada CPFL Serviços obteve financiamento pelo Banco Itaú BBA para aquisição de veículos e equipamentos. O montante liberado em 2013 foi de R\$ 11.800 e o contrato não tem cláusulas restritivas. **CPFL Renováveis - FINEM VIII** - Em 2013, as controladas indiretas Coopcana e Alvorada captaram o montante de R\$ 9.900 para financiamento de obras. Todo o montante foi liberado em 2013. **CPFL Renováveis - FINEM XII** - Em 2013, o BNDES aprovou o financiamento de R\$ 391.245 para as controladas indiretas Campo dos Ventos II, Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta. Em 2013 foi liberado o montante de R\$ 333.745, sendo que o saldo remanescente de R\$ 57.500 está previsto

\* continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**17. DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES**

		Consolidado				31/12/2012 reapresentado			
		Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Total
<b>Controladora</b>									
3ª Emissão	Série única	-	-	-	-	7.082	150.000	150.000	307.082
4ª Emissão	Série única	12.438	-	1.287.912	1.300.350	-	-	-	-
		<b>12.438</b>		<b>1.287.912</b>	<b>1.300.350</b>	<b>7.082</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000</b>	<b>307.082</b>
<b>CPFL Paulista</b>									
5ª Emissão	Série única	-	-	-	-	2.931	-	482.726	485.657
6ª Emissão	Série única	31.674	-	658.134	689.808	26.304	-	657.800	684.105
7ª Emissão	Série única	20.173	-	503.433	523.607	-	-	-	-
		<b>51.847</b>		<b>1.161.568</b>	<b>1.213.415</b>	<b>29.235</b>		<b>1.140.527</b>	<b>1.169.762</b>
<b>CPFL Piratininga</b>									
3ª Emissão	Série única	6.331	-	259.653	265.984	4.645	-	259.391	264.036
5ª Emissão	Série única	-	-	-	-	969	-	159.537	160.506
6ª Emissão	Série única	5.279	-	109.554	114.833	4.384	-	109.474	113.858
7ª Emissão	Série única	9.388	-	234.229	243.616	-	-	-	-
		<b>20.998</b>		<b>603.436</b>	<b>624.433</b>	<b>9.998</b>		<b>528.403</b>	<b>538.400</b>
<b>RGE</b>									
3ª Emissão	1ª Série	-	-	-	-	184	33.333	-	33.517
	2ª Série	-	-	-	-	3.383	46.667	-	50.050
	3ª Série	-	-	-	-	767	13.333	-	14.100
	4ª Série	-	-	-	-	511	16.667	-	17.178
	5ª Série	-	-	-	-	511	16.667	-	17.178
5ª Emissão	Série única	-	-	-	-	424	-	69.766	70.190
6ª Emissão	Série única	23.995	-	498.564	522.559	19.928	-	498.306	518.234
7ª Emissão	Série única	6.791	-	169.415	176.206	-	-	-	-
		<b>30.786</b>		<b>667.979</b>	<b>698.765</b>	<b>25.708</b>	<b>126.667</b>	<b>568.072</b>	<b>720.447</b>
<b>CPFL Santa Cruz</b>									
1ª Emissão	Série única	416	-	64.799	65.215	292	-	64.753	65.045
<b>CPFL Brasil</b>									
2ª Emissão	Série única	1.948	-	227.471	229.419	8.092	-	1.316.259	1.324.351
<b>CPFL Geração</b>									
3ª Emissão	Série única	6.429	-	263.668	270.097	4.716	-	263.402	268.118
4ª Emissão	Série única	5.809	-	678.288	684.097	4.169	-	677.908	682.077
5ª Emissão	Série única	9.329	-	1.088.721	1.098.050	-	-	-	-
6ª Emissão	Série única	16.254	-	458.612	474.866	-	-	-	-
		<b>37.821</b>		<b>2.489.289</b>	<b>2.527.110</b>	<b>8.885</b>		<b>941.310</b>	<b>950.195</b>
<b>CPFL Renováveis</b>									
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	814	34.872	474.172	509.858	1.774	33.483	481.051	516.308
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	32.177	-	158.193	190.370	3.760	-	172.968	172.968
1ª Emissão - Renováveis	Série única	5.065	-	427.402	432.467	-	-	426.921	430.681
		<b>38.056</b>	<b>34.872</b>	<b>1.059.766</b>	<b>1.132.695</b>	<b>5.534</b>	<b>33.483</b>	<b>1.080.940</b>	<b>1.119.957</b>
		<b>194.311</b>	<b>34.872</b>	<b>7.562.219</b>	<b>7.791.402</b>	<b>94.825</b>	<b>310.149</b>	<b>5.790.263</b>	<b>6.195.239</b>

	Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias
<b>Controladora</b>					
3ª Emissão	Série única	-	CDI + 0,45% (1)	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografia
4ª Emissão	Série única	129.000	CDI + 0,40%	Parcela única em maio de 2015	Quirografia
<b>CPFL Paulista</b>					
5ª Emissão	Série única	-	CDI + 1,3%	Parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	660	CDI + 0,8% (6)	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	50.500	CDI + 0,83% (6)	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Piratininga</b>					
3ª Emissão	Série única	260	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série única	-	CDI + 1,3%	Parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	110	CDI + 0,8% (6)	03 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	23.500	CDI + 0,83% (6)	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança CPFL Energia
<b>RGE</b>					
3ª Emissão	1ª Série	-	CDI + 0,6% (2)	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	2ª Série	-	CDI + 0,6% (3)	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	3ª Série	-	CDI + 0,6% (4)	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	4ª Série	-	CDI + 0,6% (5)	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
	5ª Série	-	CDI + 0,6% (5)	03 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série única	700	CDI + 1,3%	Parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	500	CDI + 0,8% (6)	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	17.000	CDI + 0,83% (6)	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
1ª Emissão	Série única	650	CDI + 1,4%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Brasil</b>					
2ª Emissão	Série única	2.280	CDI + 1,4%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Geração</b>					
3ª Emissão	Série única	264	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série única	6.800	CDI + 1,4%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série Única	10.920	CDI + 1,4%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série Única	46.000	CDI + 0,75% (7)	03 Parcelas anuais a partir de agosto de 2018	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Renováveis</b>					
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	9 parcelas pagas anualmente de 2013 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015.	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding

A Sociedade e as controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a: (1) 104,4% do CDI; (2) 105,07% do CDI; (3) 104,85% do CDI; (4) 104,9% do CDI; (5) 104,87% do CDI; (6) 107,85% a 108,09% do CDI; (7) 106,65% a 106,79% do CDI. O saldo de Debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2015	1.844.128
2016	86.573
2017	1.379.509
2018	1.897.640
2019	1.125.341
2020 a 2024	1.087.874
2025 a 2029	120.156
<b>Total</b>	<b>7.562.219</b>

**Principais adições no exercício:** 4ª emissão - CPFL Energia: No segundo trimestre de 2013, foram subscritas e integralizadas 129.000 de debêntures pela CPFL Energia, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirográfrica, com valor unitário de R\$ 10 e montante total de R\$ 1.287.912 (R\$ 1.287.174 líquido dos gastos de emissão). As debêntures terão vencimento único em maio de 2015. Não há cláusulas restritivas para referida operação. 7ª emissão - CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: Em 2013 foram subscritas e integralizadas debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirográfrica das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE. O objetivo destas emissões foi o alongamento do endividamento e reforço de capital de giro das controladas e foram garantidas através de fiança da Companhia:

	Quantidade	Valor Nominal	Captação	Captação líquida dos gastos de emissão
<b>Controlada</b>				
CPFL Paulista	50.500	10	505.000	503.251
CPFL Piratininga	23.500	10	235.000	234.139
RGE	17.000	10	170.000	169.347
<b>Total</b>			<b>910.000</b>	<b>906.737</b>

5ª emissão - CPFL Geração: Para viabilizar a reestruturação societária descrita na nota 11.2, em 28 de março de 2013 foi aprovada a 5ª emissão de 10.920 debêntures da controlada CPFL Geração, com valor unitário de R\$ 100, e montante total de R\$ 1.092.000, sendo respaldadas as mesmas características das originalmente emitidas pela controlada CPFL Brasil. A referida emissão foi integralizada pelos antigos detentores das debêntures emitidas pela controlada CPFL Brasil, não havendo movimentação financeira. 6ª emissão - CPFL Geração: Em agosto de 2013, foram emitidas 46.000 debêntures simples pela controlada CPFL Geração, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, no valor nominal unitário de R\$ 10 e valor total de R\$ 460.000 (R\$458.525 líquido dos gastos de emissão). Os recursos foram destinados ao resgate antecipado da 2ª Emissão de Notas Promissórias desta controlada e a remuneração será paga semestralmente. **Condições restritivas:** As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes: **CPFL Paulista (6ª e 7ª emissões), CPFL Piratininga (3ª, 6ª e 7ª emissões), RGE (6ª e 7ª emissões), CPFL Geração (3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões), CPFL Brasil e CPFL Santa Cruz.** Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; • EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,5; A definição de EBITDA nas controladas (distribuidoras), para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a inclusão dos principais ativos e passivos regulatórios. Na Companhia, considera ainda a consolidação de controladas, coligadas e controladas em conjunto com base na participação societária detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos). **CPFL Renováveis:** - 1ª emissão CPFL Renováveis: • Índice de cobertura do serviço da divida operacional maior ou igual a 1,00; • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05; • Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante; • EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75; - 1ª emissão controlada indireta PCH Holding 2 S.A.: • Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014; • Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante. Diversas debêntures das controladas e controladas em conjunto estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia. O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2013.

**18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características: **18.1 - Características:** - **CPFL Paulista:** Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da Fundação CESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características: a) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldaado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla: • Os beneficiários de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e • As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecido um compromisso pelo plano controlada apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidado até 2027. Este compromisso é atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) e 6% de juros, e, ao final de cada ano, após a avaliação preparada por atuários externos, o saldo do compromisso é ajustado para refletir o equilíbrio no Patrimônio dos Planos de Benefícios Previdenciários da Fundação CESP. O saldo do compromisso em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 840.602 (R\$ 570.939 em 31 de dezembro de 2012), o qual difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontram em consonância com o CPC 33 (R1) e IAS 19. Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. - **CPFL Piratininga:** A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos. Em 02 de abril de 1998, a Secretária de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldaado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características: a) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldaado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os beneficiários incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os beneficiários incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é partilhada entre a controlada e os participantes. c) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e,

portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecido um compromisso a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante), apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidado até 2026. Este compromisso é atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) e 6% de juros, e, ao final de cada ano, após a avaliação preparada por atuários externos, o saldo do compromisso é ajustado para refletir o equilíbrio no Patrimônio dos Planos de Benefícios Previdenciários da Fundação CESP. O saldo do compromisso em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 217.011 (R\$ 164.517 em 31 de dezembro de 2012), o qual difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontram em consonância com o CPC 33 (R1) e IAS 19. Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. - **RGE:** Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos saldos, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado Administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE. Para os colaboradores admitidos a partir de 1997, foi implantado em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência, estruturado na modalidade de contribuição Definida. - **CPFL Santa Cruz:** O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida. - **CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguarí:** Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CEMPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida. - **CPFL Geração:** Os funcionários da controlada CPFL Geração participam do mesmo plano da CPFL Paulista. Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecido um compromisso pela controlada CPFL Geração, apurado pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidado até 2027. Este compromisso é atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) e 6% de juros, e, ao final de cada ano, após a avaliação preparada por atuários externos, o saldo do compromisso é ajustado para refletir o equilíbrio no Patrimônio dos Planos de Benefícios Previdenciários da Fundação CESP. O saldo do compromisso, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 17.310 (R\$ 11.495 em 31 de dezembro de 2012), o qual difere dos registros contábeis adotados pela controlada que se encontra em consonância com o CPC 33 (R1) e IAS 19. Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

**18.2 - Movimentações dos planos de benefício definido:**

	31/12/2013				Total do Passivo
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	3.599.853	919.441	82.167	245.371	4.846.832
Valor justo dos ativos do plano	(3.235.768)	(874.546)	(83.300)	(242.325)	(4.435.948)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>364.085</b>	<b>44.895</b>	<b>(1.142)</b>	<b>3.046</b>	<b>410.884</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (asset ceiling)					

\* continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	117.895	171.066
Programa de integração social - PIS	10.156	13.438
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	45.992	75.992
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	62.771	99.801
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	29.659	35.899
REFIS - PIS	4.100	-
REFIS - COFINS	18.886	-
Outros	28.704	34.275
<b>Total</b>	<b>318.063</b>	<b>430.472</b>
<b>Não circulante</b>		
REFIS - PIS	5.807	-
REFIS - COFINS	26.748	-
<b>Total</b>	<b>32.555</b>	<b>-</b>

**Programa de recuperação fiscal - REFIS - Lei nº 11.941/2009:** Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865/2013, a qual reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, instituído pela Lei nº 11.941/2009. As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga formalizaram junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais referentes aos processos Fiscais - PIS e COFINS sobre Encargos Setoriais - CCC/CDE - regime não cumulativo (nota 21) que possuía um saldo acumulado até esta data de R\$ 94.288. Em 21 de novembro e 17 de dezembro de 2013, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, respectivamente, procederam a consolidação dos débitos incluídos no parcelamento no montante total de R\$ 57.465, e, desta forma, obtiveram o desconto de juros e multa no montante de R\$ 36.823 registrado no resultado financeiro (nota 29). O parcelamento será amortizado em 30 parcelas com atualização pela SELIC, sendo que o montante total de R\$ 1.925 referente à primeira parcela foi paga em 20 de dezembro de 2013.

**21. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012 reapresentado	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>				
Diversos	119.707	80.516	68.205	152.762
<b>Cíveis</b>				
Diversos	149.735	174.961	26.972	160.826
<b>Fiscais</b>				
FINSOCIAL	25.682	73.633	18.968	54.074
Imposto de renda	128.332	779.899	90.187	704.742
PIS/COFINS - JCP	-	-	12.517	12.517
PIS/COFINS - regime não cumulativo	-	-	94.677	-
Outras	20.555	33.785	10.505	22.010
<b>Outros</b>				
	174.568	887.318	226.855	793.343
	23.985	384	27.062	18.408
<b>Total</b>	<b>467.996</b>	<b>1.143.179</b>	<b>349.094</b>	<b>1.125.339</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2012 reapresentado	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Reclassificação (REFIS)	Saldo em 31/12/2013
Trabalhistas	68.205	158.324	(38.171)	(74.073)	5.422	-	119.707
Cíveis	26.972	224.073	(28.526)	(93.739)	20.955	-	149.735
Fiscais	226.855	8.840	(7.753)	(13.181)	17.272	(57.465)	174.568
Outros	27.062	-	-	(3.077)	-	-	23.985
<b>Total</b>	<b>349.094</b>	<b>391.237</b>	<b>(74.450)</b>	<b>(184.070)</b>	<b>43.649</b>	<b>(57.465)</b>	<b>467.996</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: **a) Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações), **b) Cíveis: Danos Pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Majoração Tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". **c) Fiscais: FINSOCIAL** - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991. **Imposto de Renda** - Na controlada CPFL Piratininga, a provisão de R\$ 15.540 e inclui (i) R\$ 14.817 das controladas indiretas CPFL Renováveis (R\$ 11.631) e Ceran (R\$ 3.186) e (iii) R\$ 723 da controlada indireta Paulista Lajeado. A controlada CPFL Piratininga possui processo que questiona a metodologia de cálculo do ICMS para o fornecimento de energia na cidade de Santos/SP. A perda para este processo estava avaliada como possível pelos assessores legais externos da Companhia, porém com as recentes decisões desfavoráveis proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, aliado a oportunidade de aproveitamento do benefício de redução de multa e juros, a controlada optou pela adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP de ICMS, e reconheceu uma despesa no montante de R\$ 73.338. As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga possuem processos judiciais relacionados a créditos de ICMS sobre aquisições de combustíveis e lubrificantes. A perda para estes processos estava avaliada como possível pelos assessores legais externos da Companhia, porém com as recentes decisões desfavoráveis proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, aliado a oportunidade de aproveitamento do benefício de redução de multa e juros, as controladas optaram pela adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP de ICMS, e reconheceu uma despesa no montante de R\$ 32.090. A controlada CPFL Jaguarí firmou acordo judicial com Massa Falida do Banco Santos S.A. para encerramento de ação, cujo acordo foi submetido ao juiz competente e encontra-se em fase de homologação judicial e reconheceu uma despesa no montante de R\$ 19.048. A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente. **Depósitos judiciais - imposto de renda:** Do montante total de R\$ 660.414, o montante de R\$ 648.861 (R\$ 617.051 em 31 de dezembro de 2012) refere-se à discussão da dedutibilidade para fins de Tributos Federais de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB nº 157, de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando consequentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em decorrência desta medida, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais e efetuou depósitos judiciais. Esta dedutibilidade gerou ainda outras autuações e a controlada ofereceu como garantia fianças bancárias. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, a opinião da Administração é que o risco de perda é possível.

**22. USO DO BEM PÚBLICO**

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
<b>Empresas</b>		
CERAN	83.176	79.813
Circulante	3.738	3.443
Não circulante	79.438	76.371

**23. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Consumidores e concessionárias	43.804	59.917	-	11.772
Programa de eficiência energética - PEE	218.419	169.520	11.537	11.772
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	164.180	134.463	4.842	24.790
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.966	4.487	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	982	2.242	-	-
Fundo de reversão	-	-	17.750	17.750
Adiantamentos	34.879	28.073	-	20
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	34.471	46.215
Folha de pagamento	17.639	12.361	-	-
Participação nos lucros	36.601	49.396	4.171	7.846
Convênios de arrecadação	73.240	76.371	-	-
Garantias	-	-	29.133	25.014
Contas a pagar Eletrobrás - Aporte CDE	9.246	-	-	-
Aquisição de negócios	10.477	11.369	-	-
Outros	52.095	76.067	1.981	2.381
<b>Total</b>	<b>663.529</b>	<b>623.267</b>	<b>103.886</b>	<b>135.788</b>

**Consumidores e concessionárias:** As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participação de consumidores no Programa de Universalização. **Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética:** As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. **Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** No não circulante, o montante de R\$ 34.471 refere-se a provisões constituídas pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. **Participação nos lucros:** Refere-se principalmente a: (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: Em julho de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, que consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como orientador o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização. O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e tão somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração. O Plano tem duração de 2012 a 2018 e são elegíveis determinados executivos da Companhia que estejam exercendo a função na data da outorga. A outorga é anual e o prazo de carência (vesting period) para recebimento da premiação, se estabeleça a partir do segundo, terceiro ou quarto ano a contar da data da outorga, sendo a opção de 1/3 do valor total da premiação de cada outorga por ano. O eventual não atingimento da expectativa em uma conversão poderá ser acumulado nos vestings seguintes, até o limite da respectiva outorga. O Programa prevê realização parcial, caso a expectativa do Plano Estratégico seja atingida em no mínimo 80%, com respectiva redução da premiação ao percentual atingido, bem como possibilidade de superação, com teto de até 150%, sob o mesmo critério. **Aquisição de negócios:** Refere-se ao montante registrado pela controlada indireta CPFL Renováveis referente à aquisição de negócios.

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
<b>Acionistas</b>				
BB Carteira Livre I FIA	288.569.602	29,99	288.569.602	29,99
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	487.700	0,05	9.897.860	1,03
VBC Energia S.A.	-	-	9.897.860	1,03
Camargo Correa S.A.	837.860	0,09	12.642.390	1,31
ESC Energia S.A.	234.092.930	24,33	224.195.070	23,30
Bonaire Participações S.A.	6.308.790	0,66	6.308.790	0,66
ENDESA São Paulo FIA	136.820.640	14,22	115.118.250	11,96
BNDÉS Participações S.A.	64.842.768	6,74	81.053.460	8,42
Antares Holdings Ltda.	16.039.720	1,67	16.039.720	1,67
Brumado Holdings Ltda.	34.502.100	3,59	34.502.100	3,59
Membros da Diretoria Executiva	102.350	0,01	47.610	0,00
Demais Acionistas	179.669.800	18,67	164.001.548	17,04
<b>Total</b>	<b>962.274.260</b>	<b>100,00</b>	<b>962.274.260</b>	<b>100,00</b>

Em Fato Relevante de 24 de janeiro de 2014, a Companhia foi informada pelos acionistas Bonaire Participações S.A. ("Bonaire") e Energia São Paulo FIA do exercício da opção de compra da totalidade das ações adicionais, correspondente a 4% das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da Companhia detidas por VBC Energia S.A. ("VBC") e/ou suas sucessoras, e, por 521 Participações S.A. ("521"), sucedida por BB Carteira Livre I ("BB CL I"), conforme previsto no Instrumento de Outorga de Opção de Compra, celebrado em 17 de julho de 2002 entre VBC, 521 e Bonaire. Os acionistas VBC e suas sucessoras Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") e ESC Energia S.A. ("ESC"), bem como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), sucessora e quotista exclusiva do BB CL I, aceitaram o exercício da Opção de Compra e alienaram as ações vinculadas ao Acordo de Acionistas. Deste modo, a CCSA alienou 11.804.530 ações vinculadas a Energia SP FIA e a PREVI alienou 9.897.860 ações vinculadas a Energia SP FIA. Em Fato Relevante de 28 de março de 2014 a Companhia divulgou a conclusão da operação de compra de ações por parte de seus acionistas controladores e a titularidade das Ações Vinculadas passou a ser a seguinte:

	Quantidade de ações vinculadas		Quantidade total de ações	
	Anterior à Alienação	Após a Alienação	Anterior à Alienação	Após a Alienação
VBC Energia S.A.	9.897.860	-	9.897.860	-
ESC Energia S.A.	224.188.344	234.086.204	224.195.070	234.092.930
Camargo Corrêa S.A.	11.804.530	-	12.642.390	937.860
BB Carteira Livre I FIA	196.276.558	196.276.558	288.569.602	288.569.602
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	9.897.860	-	9.897.860	-
Energia São Paulo FIA	90.484.600	112.186.990	115.118.250	136.820.640
Bonaire Participações S.A.	10.000	10.000	6.308.790	6.308.790
<b>Total Bloco Controlé</b>	<b>542.559.752</b>	<b>542.559.752</b>	<b>666.629.822</b>	<b>666.629.822</b>

**24.1 Reserva de Capital:** Refere-se basicamente ao (i) registro decorrente da combinação de negócios da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 228.322 e (ii) efeito da oferta pública de ações da controlada CPFL Renováveis, descrita na nota 12, no montante de R\$ 59.308, como consequência da redução na participação societária indireta na CPFL Renováveis. De acordo com o ICPC 09 (R1) e IFRS 10, este efeito foi reconhecido como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido. **24.2 Reserva de Lucros:** É composta por: (a) Reserva legal, no montante de R\$ 603.352; (b) Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão: as controladas de distribuição registraram a atualização do ativo financeiro no resultado do exercício e, por se tratar de resultado cuja realização financeira se dará apenas no momento da indenização (ao final da concessão), estes montantes foram retidos, em 31 de dezembro de 2012, como reserva de retenção de lucros para investimento, no patrimônio líquido naquele exercício. Em função da aprovação das mudanças no Estatuto Social da CPFL Energia, em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de junho de 2013, foi criada a conta contábil "Reserva de Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão", amparada no artigo 194 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de adequar o fluxo de caixa proveniente do recebimento da indenização, pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão das distribuidoras controladas pela CPFL Energia, com o resultado acumulado nas alterações da expectativa dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Desta forma, o saldo de 31 de dezembro de 2012 da reserva de retenção de lucros para investimento foi reclassificado para a reserva estatutária de ajustes do ativo financeiro da concessão ("Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão"), bem como o resultado do período proveniente das alterações na expectativa dos fluxos de caixa dos ativos da concessão, líquido de seus efeitos tributários, foram também reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para esta reserva, com saldo final em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 265.037. (c) Reserva de retenção de lucros para investimento: a Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2013, uma reserva de retenção de lucros para investimento no montante de R\$ 108.987. **24.3 Resultado abrangente acumulado:** O resultado abrangente acumulado é composto por: (a) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 509.665; (b) Entidade de previdência privada: Conforme descrito nas notas 2.9, 3.8 e 18, o saldo devedor de R\$ 111.999 corresponde aos efeitos da (i) revisão do CPC 33 (R1)/IAS 19, que eliminou o método do corredor e gerou a necessidade do registro integral do passivo atuarial líquido na data-base do laudo atuarial e (ii) reflexo dos cálculos atuariais atualizados para 31 de dezembro de 2013. **24.4 Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2013 a Companhia aprovou a destinação do lucro do exercício de 2012, através de declaração de dividendo no montante de R\$ 1.096.145, sendo R\$ 640.239 de dividendo intermediário declarado em junho de 2012, e R\$ 455.906 de dividendo complementar. Adicionalmente, conforme previsto no Estatuto Social e com base nos resultados do primeiro semestre de 2013, a Administração da Companhia, em 14 de agosto de 2013, aprovou a declaração do dividendo intermediário no montante de R\$ 363.049 sendo atribuído para cada ação o valor de R\$0,37728126, com pagamento em 1º de outubro de 2013. No exercício, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 815.514 referente basicamente aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013. **24.5 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido, através da declaração de R\$ 567.802 na forma de dividendo, correspondente a R\$0,590062200 por ação, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil
<b>Lucro líquido do exercício - Individual</b>	<b>937.419</b>
Realização de resultados de exercícios anteriores	56.293
Realização do resultado abrangente	25.962
Dividendos prescritos	5.172
Constituição/realização de reserva estatutária	61.863
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>1.085.708</b>
Constituição de reserva legal	(46.971)
Constituição de reserva de retenção de lucros para investimento	(108.987)
Dividendos intermediários	(363.049)
<b>Dividendo adicional proposto</b>	<b>567.802</b>

**25. LUCRO POR AÇÃO**

**Lucro por ação - básico e diluído:** O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, considera-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	937.419	1.176.252
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	962.274.260
<b>Lucro por ação - básico</b>	<b>0,97</b>	<b>1,22</b>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	937.419	1.176.252
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	(25.016)	(17.537)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	912.403	1.158.715
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	962.274.260
<b>Lucro por ação - diluído</b>	<b>0,95</b>	<b>1,20</b>

(\*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada nos respectivos períodos. O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada indireta CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício.

**26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Consolidado			
	Nº de Consumidores (*)		GWh	
	2013	2012	2013 reapresentado	2012 reapresentado

Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
	2013	2012	2013	2012 reapresentado	2013	2012 reapresentado
Residencial	6.523.553	6.312.737	15.426	14.567	5.710.050	6.631.596
Industrial	58.565	59.057	14.691	14.536	3.605.079	4.086.080

continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**27. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	Consolidado			
	GWh		R\$ mil	
	2012		2012	
	representado	2013	representado	2013
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	10.719	10.781	1.298.210	1.131.744
Energia de curto prazo	2.974	2.662	726.936	244.921
PROINFA	1.019	1.070	233.152	215.400
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	42.980	48.085	6.786.524	5.814.982
Aporte CDE	-	-	(827.578)	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(748.526)	(677.043)
<b>Subtotal</b>	<b>57.692</b>	<b>62.597</b>	<b>7.468.718</b>	<b>6.730.004</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica	-	-	559.631	1.127.319
Encargos de transporte de Itaipu	-	-	34.716	96.454
Encargos de conexão	-	-	44.470	79.855
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	29.542	34.322
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	-	554.865	252.708
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	33.194	85.148
Aporte CDE	-	-	(458.792)	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(69.655)	(152.815)
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>727.969</b>	<b>1.522.991</b>
<b>Total</b>			<b>8.196.687</b>	<b>8.252.995</b>

**27.1 Aporte CDE - Decreto nº 7.945/2013:** Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis a partir do final de 2012, entre elas os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e 2013. Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 7 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica provenientes de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora. Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo: i. a exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (Risco Hidrológico); ii. a exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária); iii. o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE (ESS - Segurança Energética); e iv. o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Tiens da Parcela A - CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia). Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou em 2013, de acordo com o CPC 07 /IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais o montante de R\$ 726.234. Para o item (iv), o processo de revisão tarifária das controladas CPFL Paulista e RGE, por meio dos Despachos nº 1.144 de 18 de abril de 2013 e Resolução Homologatória nº 1.535 de 18 de junho de 2013, respectivamente, a ANEEL concedeu (i) para o caso da controlada CPFL Paulista, cobertura integral dos saldos positivos da CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS referente ao exercício de 2012, bem como valores positivos da CVA de energia comprada no leilão de disponibilidades, de competência de janeiro de

2013, no montante de R\$ 371.460 e (ii) para a controlada RGE, cobertura parcial dos saldos da CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS, no montante de R\$ 10.706. Ambos os valores foram registrados a crédito do custo com energia elétrica na rubrica Aporte CDE - decreto nº 7.945/13 em contrapartida em outros créditos na rubrica Contas a receber Eletrobrás - Aporte CDE (nota 11). Foi homologado para a controlada CPFL Piratininga no processo de reajuste tarifário, por meio da Resolução Homologatória nº 1.638, de 23 de outubro de 2013, cobertura parcial dos saldos positivos da CVA apurados sobre a energia comprada (estorno de despesa de R\$ 167.901) e do encargo de ESS (despesa de R\$ 122) referentes ao período de outubro de 2012 a outubro de 2013, no montante total de R\$ 167.779. Ambos os valores foram registrados a crédito do custo com energia elétrica na rubrica Aporte CDE - decreto nº 7.945/13 em contrapartida em outros créditos na rubrica Contas a receber Eletrobrás - Aporte CDE (nota 11). No processo de reajuste tarifário da controlada CPFL Santa Cruz, homologado por meio da Resolução Homologatória nº 1.682, de 30 de janeiro de 2014, a ANEEL concedeu cobertura total dos saldos positivos da CVA apurados sobre a energia comprada (estorno de despesa de R\$ 15.514) e do encargo de ESS (despesa de R\$ 5.323) referentes ao período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, no montante de R\$ 10.192. Ambos os valores foram registrados a crédito do custo com energia elétrica na rubrica Aporte CDE - decreto nº 7.945/13 em contrapartida em outros créditos na rubrica Contas a receber Eletrobrás - Aporte CDE (nota 11). O quadro abaixo demonstra o sumário dos aportes da CDE por distribuidora controlada pela Companhia, reconhecidos em 2013:

	2013					
	Energia comprada para revenda			Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
	Sobrecontratação	Cotas e risco hidrológico	Energia comprada - revisão tarifária	ESS	revisão tarifária	ESS revisão
CPFL Paulista	161.087	10.868	327.252	217.464	44.207	760.878
CPFL Piratininga	76.735	395	167.901	88.166	(122)	333.676
CPFL Santa Cruz	8.689	(28)	15.514	16.082	(5.323)	34.934
CPFL Leste Paulista	1.092	(6)	-	6.487	-	7.573
CPFL Sul Paulista	-	(11)	-	3.621	-	3.610
CPFL Jaguarí	2.537	98	-	4.631	-	2.767
CPFL Moococa	-	(6)	-	2.717	-	2.711
RGE	53.593	(287)	-	2.153	72.310	136.322
<b>Total</b>	<b>303.734</b>	<b>11.023</b>	<b>512.821</b>	<b>411.477</b>	<b>47.316</b>	<b>1.286.370</b>

**28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Controladora					
	Despesa operacional		Outros		Total	
	2012	2012	2012	2012	2012	2012
	representado	representado	representado	representado	representado	representado
Pessoal	13.867	17.204	-	-	13.867	17.204
Material	22	10	-	-	22	10
Serviços de terceiros	5.323	6.808	-	-	5.323	6.808
Depreciação e amortização	76	65	-	-	76	65
Outros	3.338	5.463	-	36	3.338	5.499
Arrendamentos e alugueis	127	121	-	-	127	121
Publicidade e propaganda	1.291	3.912	-	-	1.291	3.912
Legais, judiciais e indenizações	1.081	713	-	-	1.081	713
Doações, contribuições e subvenções	617	521	-	-	617	521
Outros	222	195	-	36	222	231
<b>Total</b>	<b>22.626</b>	<b>29.549</b>	-	<b>36</b>	<b>22.626</b>	<b>29.585</b>

	Consolidado											
	Custo de operação				Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesa operacional		Total	
	2012	2012	2013	2012	2013	2012	2012	2012	2012	2012	2012	
	representado	representado	representado	representado	representado	representado	representado	representado	representado	representado	representado	
Pessoal	425.349	415.862	-	30	106.111	104.343	192.142	177.023	-	-	723.602	697.258
Entidade de previdência privada	61.665	33.332	-	-	-	-	-	-	-	-	61.665	33.332
Material	92.562	89.526	2.661	1.757	4.117	2.965	6.806	9.120	-	-	106.145	103.368
Serviços de terceiros	178.809	174.326	2.464	2.356	100.301	107.603	205.450	256.949	-	-	487.024	541.233
Depreciação e amortização	664.601	619.568	-	33.689	33.046	59.964	41.598	-	-	-	758.253	694.213
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.004.399	1.351.550	-	-	-	-	-	-	1.004.399	1.351.550
Outros	44.531	45.093	(6)	(18)	132.379	220.188	464.253	239.673	285.148	376.898	926.304	881.834
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	52.372	49.053	-	-	-	-	52.372	49.053
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	70.324	163.811	-	-	-	-	70.324	163.811
Arrendamento e alugueis	26.181	28.484	-	-	11	88	12.390	9.210	-	-	38.582	37.782
Publicidade e propaganda	871	106	-	-	212	26	13.179	22.604	-	-	14.262	22.736
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	429.883	187.420	-	-	429.883	187.420
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	8.003	5.815	3.935	2.337	-	-	-	11.938	8.151
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	27.422	30.136	27.422	30.136
Perda/(Ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	6.276	-	-	-	-	-	-	(39.253)	48.051	(39.253)	54.328
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	296.977	284.713	296.977	284.713
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	10.515	4.235	-	-	-	-	-	-	-	-	10.515	4.235
Outros	6.963	5.991	(6)	(18)	1.457	1.394	4.866	18.104	2	13.997	13.282	39.468
<b>Total</b>	<b>1.467.516</b>	<b>1.377.706</b>	<b>1.009.518</b>	<b>1.355.675</b>	<b>376.597</b>	<b>468.146</b>	<b>928.614</b>	<b>724.364</b>	<b>285.148</b>	<b>376.898</b>	<b>4.067.393</b>	<b>4.302.788</b>

**29. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2012	2012	2012
	representado	representado	representado	representado
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	67.544	26.731	316.617	200.860
Acréscimos e multas moratórias	5	20	143.429	167.346
Atualização de créditos fiscais	1.221	2.530	8.425	9.932
Atualização de depósitos judiciais	448	807	118.406	50.605
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	43.615	49.437
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	-	-	-	159.195
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	-	-	21.446	18.917
PIS e COFINS sobre JCP	(15.093)	(19.093)	(15.368)	(19.218)
Outros	3.512	4.307	62.637	69.889
<b>Total</b>	<b>57.637</b>	<b>15.301</b>	<b>699.208</b>	<b>706.963</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(83.614)	(36.361)	(1.291.762)	(1.072.622)
Atualizações monetárias e cambiais	(607)	2	(182.022)	(120.342)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	-	-	(66.851)	-
(-) Juros Capitalizados	-	-	57.184	48.172
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(11.690)	(11.128)
Outros	(277)	(1.026)	(175.511)	(128.816)
<b>Total</b>	<b>(84.497)</b>	<b>(37.385)</b>	<b>(1.670.651)</b>	<b>(1.284.736)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(26.860)</b>	<b>(22.084)</b>	<b>(971.443)</b>	<b>(577.773)</b>

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 8,24% a.a. durante o exercício de 2013 (7,85% a.a. em 2012) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. A rubrica de Despesas de Atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 211.282 (R\$182.892 em 2012) (nota 34).

**30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (fontes convencionais e renováveis), comercialização de energia elétrica e serviços prestados. Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos. Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por ramo de atividade de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

	Geração (Fontes convencionais)		Geração (Fontes renováveis)		Comercialização	Serviços	Outros (*)	Eliminações	Total
	Distribuição	2012	2012	2012					
<b>2013</b>									
Receita operacional líquida	11.563.700	601.980	802.011	1.579.893	84.622	1.649	-	14.633.856	
(-) Vendas entre segmentos	15.354	323.658	281.913	264.891	116.184	-	(1.002.001)	-	
Resultado do serviço	1.550.951	559.784	214.750	52.060	13.333	(21.103)	-	2.369.775	
Receita financeira	504.463	40.005	55.083	27.665	13.876	58.115	-	699.208	
Despesa financeira	(906.153)	(338.783)	(314.243)	(22.601)	(4.358)	(84.513)	-	(1.670.651)	
Lucro antes dos impostos	1.149.261	381.874	(44.410)	57.123	22.852	(47.500)	-	1.519.200	
Imposto de renda e contribuição social	(423.712)	(69.937)	(10.607)	(21.399)	(6.881)	(37.627)	-	(570.164)	
Lucro líquido	725.549	311.937	(55.017)	35.726	15.970	(85.127)	-	949.036	
Total do ativo (**)	15.263.417	4.515.880	9.470.564	342.514	243.612	1.206.806	-	31.042.796	
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	844.804	9.744	827.704	3.593	48.646	345	-	1.734.836	
Depreciação e amortização	(564.538)	(133.514)	(348.355)	(4.106)	(4.632)	(86)	-	(1.055.231)	
<b>2012 representado</b>									
Receita operacional líquida	12.391.730	558.547	608.223	1.284.069	46.855	1.452	-	14.890.875	
(-) Vendas entre segmentos	22.138	269.688	210.260	602.332	124.968	-	(1.229.386)	-	
Resultado do serviço	1.369.809	496.885	215.139	255.193	26.276	(28.210)	-	2.335.091	
Receita financeira	558.130	32.809	56.461	39.389	4.777	15.397	-	706.963	
Despesa financeira	(632.278)	(228.949)	(254.333)	(140.506)	8.475	(37.143)	-	(1.284.736)	
Lucro antes dos impostos	1.295.661	421.423	17.268	554.076	39.528	(49.957)			

\* continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**33. GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL. Estrutura do gerenciamento de risco: Compete ao Conselho de Administração orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pelo desenvolvimento do modelo de Gestão Corporativa de Riscos para o Grupo CPFL no que tange à estratégia (política, direcionamento e mapa de riscos), processos (planejamento, mensuração, monitoramento e reporte), sistemas e governança. A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo. O Conselho de Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processo de Gestão na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração. Ao Conselho Fiscal compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar preventivamente e por meio de um sistema de informações adequado, (a) os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, (b) sua probabilidade de materialização e (c) as medidas e os planos adotados. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas viem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34. Adicionalmente as controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente através do consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas. O Decreto nº 7.945, de março de 2013, instituiu que o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia), seria repassado com recurso de CDE, na ocasião do reajuste ou revisão tarifária (nota 27). **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas viem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos preindexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas viem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes, da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. **Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Apesar das condições hidrológicas desfavoráveis no início de 2014, para uma definição precisa quanto ao risco de escassez de energia, deve-se aguardar o fim do período úmido das principais bacias hidrográficas. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição, embora compensados em exercícios subsequentes por outros reajustes. **Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros:** A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros o de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de software (MAPS), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

**34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Ativo	Nota explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	Consolidado		31/12/2012 representado	
					31/12/2013		31/12/2012	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	2.105.618	2.105.618	1.152.712	1.152.712
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	2.100.804	2.100.804	1.282.322	1.282.322
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	(b)	(1)	n/a	2.161.643	2.161.643	2.366.682	2.366.682
Arrendamentos	9	(b)	(1)	n/a	48.574	48.574	41.443	41.443
Coligadas, controladas e controladora		(b)	(1)	n/a	86.655	86.655	-	-
Títulos e valores mobiliários		(c)	(1)	n/a	-	-	3.939	3.939
Títulos e valores mobiliários		(c)	(2)	Nível 1	24.806	24.806	2.161	2.161
Derivativos	34	(d)	(2)	Nível 2	318.490	318.490	487.308	487.308
Ativo financeiro da concessão	10	(d)	(2)	Nível 3	2.771.593	2.771.593	2.377.240	2.377.240
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(1)	n/a	15.480	15.480	-	-
Contas a receber Eletrobrás - Aporte CDE	11	(b)	(1)	n/a	170.543	170.543	24.972	24.972
Outros ativos financeiros (**)		(b)	(1)	n/a	250.933	250.933	356.146	356.146
					<b>10.055.140</b>	<b>10.055.140</b>	<b>8.094.924</b>	<b>8.094.924</b>
<b>Passivo</b>								
Fornecedores	15	(e)	(1)	n/a	1.884.693	1.884.693	1.693.604	1.693.604
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(e)	(1)	n/a	7.221.542	6.416.990	6.889.549	6.766.129
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16 (***)	(a)	(2)	Nível 2	2.008.454	2.008.454	2.388.245	2.388.245
Debêntures - principal e encargos	17	(e)	(1)	n/a	7.791.402	7.859.140	6.195.239	6.396.903
Taxas regulatamentares	19	(e)	(1)	n/a	32.379	32.379	110.776	110.776
Derivativos	34	(a)	(2)	Nível 2	2.950	2.950	445	445
Uso do bem público - UBP	22	(e)	(1)	n/a	83.176	83.176	79.813	79.813
Outros passivos financeiros (***)		(e)	(1)	n/a	148.220	148.220	172.136	172.136
					<b>19.172.816</b>	<b>18.436.002</b>	<b>17.529.807</b>	<b>17.608.051</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo. (\*\*) Outros ativos financeiros incluem: (i) Cauções, fundos e depósitos vinculados, (ii) Fundo Vinculado a empréstimo em moeda estrangeira, (iii) Serviços prestados a terceiros, (iv) Reembolso RGR e (v) Convênios de arrecadação todos divulgados na nota 11. (\*\*\*) Outros passivos financeiros incluem: (i) Consumidores e concessionárias, (ii) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (iii) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (iv) Convênio de arrecadação, (v) Fundo de reversão e (vi) Aquisição de negócios todos divulgados na nota 22. (\*\*\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma ganho de R\$51.238 no exercício de 2013 (perda de R\$88.206 no exercício de 2012).

**Legenda**

**Categoria:**  
(a) - Valor justo contra o resultado  
(b) - Empréstimos e recebíveis  
(c) - Mandados até o vencimento  
(d) - Disponível para venda  
(e) - Outros passivos financeiros  
**Valorização dos Instrumentos Financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação no exercício e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício foi de R\$ 66.851 (nota 10), não havendo efeito no patrimônio líquido. A Companhia registra no consolidado, em "Investimentos ao custo" a participação de 5,93% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154 ações ordinárias e 18.593 ações preferenciais. Uma vez que esta Sociedade não possui ações cotadas em bolsa e que o objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia optou por registrar o respectivo investimento ao seu valor de custo. **b) Instrumentos Derivativos:** A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas (nota 16) possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*:

Estratégia/Empresa/Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ Indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	(Passivo)							
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
<b>CPFL Paulista</b>									
Morgan Stanley	32.868	-	32.868	30.240	2.628	dólar	09/2016	85.475	balcão
Bank of America Merrill Lynch	91.881	-	91.881	81.055	10.826	dólar	07/2016	497.080	balcão
Citibank	32.749	-	32.749	29.997	2.753	dólar	09/2016	85.750	balcão
Scotiabank	6.991	-	6.991	6.158	833	dólar	07/2016	49.000	balcão
	<b>164.489</b>	-	<b>164.489</b>	<b>147.450</b>	<b>17.039</b>				
<b>CPFL Piratininga</b>									
Santander	1.002	-	1.002	1.677	(675)	dólar	07/2016	100.000	balcão
Citibank	6.007	-	6.007	5.647	360	dólar	09/2016	12.840	balcão
Scotiabank	9.131	-	9.131	8.043	1.088	dólar	07/2016	64.000	balcão
	<b>16.140</b>	-	<b>16.140</b>	<b>15.367</b>	<b>773</b>				
<b>CPFL Santa Cruz</b>									
J.P.Morgan	2.089	-	2.089	1.962	126	dólar	07/2015	20.000	balcão
Santander	614	-	614	773	(159)	dólar	06/2016	20.000	balcão
	<b>2.703</b>	-	<b>2.703</b>	<b>2.736</b>	<b>(33)</b>				
<b>CPFL Leste Paulista</b>									
Citibank/	3.067	-	3.067	3.026	41	dólar	09/2014	8.000	balcão
Scotiabank	3.082	-	3.082	2.930	151	dólar	07/2015	25.000	balcão
	<b>6.149</b>	-	<b>6.149</b>	<b>5.956</b>	<b>193</b>				
<b>CPFL Sul Paulista</b>									
Citibank	3.067	-	3.067	3.026	41	dólar	09/2014	8.000	balcão
J.P.Morgan	1.097	-	1.097	1.031	65	dólar	07/2015	10.500	balcão
Scotiabank	1.294	-	1.294	1.231	64	dólar	07/2015	10.500	balcão
Santander	675	-	675	851	(175)	dólar	06/2016	22.000	balcão
	<b>6.133</b>	-	<b>6.133</b>	<b>6.138</b>	<b>(5)</b>				
<b>CPFL Jaguarí</b>									
Citibank	3.118	-	3.118	3.079	39	dólar	08/2014	7.000	balcão
Scotiabank	1.602	-	1.602	1.524	79	dólar	07/2015	13.000	balcão
Santander	952	-	952	1.199	(247)	dólar	06/2016	31.000	balcão
	<b>5.672</b>	-	<b>5.672</b>	<b>5.801</b>	<b>(129)</b>				
<b>CPFL Mococa</b>									
Citibank	2.684	-	2.684	2.647	37	dólar	09/2014	7.000	balcão
Scotiabank	1.356	-	1.356	1.289	67	dólar	07/2015	11.000	balcão
	<b>4.040</b>	-	<b>4.040</b>	<b>3.937</b>	<b>103</b>				
<b>CPFL Geração</b>									
Citibank	47.628	-	47.628	44.477	3.151	dólar	08/2016	100.000	balcão
<b>RGE</b>									
Citibank	34.918	-	34.918	33.603	1.315	dólar	07/2017	128.590	balcão
J.P.Morgan	13.636	-	13.636	12.873	763	dólar	07/2016	94.410	balcão
Bank of Tokyo-Mitsubishi	22.563	-	22.563	27.552	(5.089)	dólar	05/2018	204.616	balcão
	<b>71.116</b>	-	<b>71.116</b>	<b>74.128</b>	<b>(3.012)</b>				
<b>Subtotal</b>	<b>324.070</b>	-	<b>324.070</b>	<b>305.990</b>	<b>18.080</b>				
<b>Hedge variação de taxa de juros (1)</b>									
<b>CPFL Paulista</b>									
Bank of America Merrill Lynch	(2.690)	-	(2.690)	451	(3.141)	CDI	07/2019	660.000	balcão
J.P.Morgan	(1.544)	-	(1.544)	166	(1.710)	CDI	02/2021	300.000	balcão
Votorantim	(482)	-	(482)	58	(540)	CDI	02/2021	100.000	balcão
Santander	(501)	-	(501)	61	(562)	CDI	02/2021	105.000	balcão
	<b>(5.217)</b>	-	<b>(5.217)</b>	<b>736</b>	<b>(5.953)</b>				
<b>CPFL Piratininga</b>									
J.P.Morgan	(448)	-	(448)	75	(522)	CDI	07/2019	110.000	balcão
Votorantim	(571)	-	(571)	83	(654)	CDI	02/2021	135.000	balcão
Santander	(407)	-	(407)	63	(470)	CDI	02/2021	100.000	balcão
	<b>(1.426)</b>	-	<b>(1.426)</b>	<b>221</b>	<b>(1.846)</b>				
<b>RGE</b>									
HSBC	-	(2.038)	(2.038)	341	(2.379)	CDI	07/2019	500.000	balcão
Votorantim	-	(912)	(912)	92	(1.004)	CDI	02/2021	170.000	balcão
	-	<b>(2.950)</b>	<b>(2.950)</b>	<b>432</b>	<b>(3.382)</b>				
<b>CPFL Geração</b>									
Votorantim	(780)	-	(780)	273	(1.053)	CDI	08/2020	460.000	balcão

Estratégia/Empresa/Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ Indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	(Passivo)							
<b>Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo</b>	</								

★ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

**Transações oriundas de combinações de negócios**

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	–	(556.706)
Imobilizado adquirido por combinação de negócios	–	–	–	695.093
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tributários	–	–	–	514.644
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	–	–	–	82.841
	–	–	–	735.872
	–	–	–	(28.278)
	–	–	–	706.186

Caixa adquirido na combinação de negócios	–	–	–	–
Preço de aquisição a pagar	–	–	–	–
Preço de aquisição pago	–	–	–	–

**Outras transações**

Redução de capital em controladas através de transferência de investimentos	–	56.701	–	–
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	–	–	–	33.528
Reversão de provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	–	–	(17.747)	(66.773)
Juros capitalizados no imobilizado	–	–	48.328	32.527
Juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição	–	–	8.845	15.645

**38. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE**

**38.1 Reajuste Tarifário Anual - CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa:** Em 30 de janeiro de 2014, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias que fixaram o reajuste das tarifas das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa a partir daquela data. Os detalhes dos reajustes estão apresentados a seguir:

	<b>Resolução Homologatória</b>	<b>Reajuste tarifário anual - RTA</b>	<b>Percepção do consumidor (*)</b>
CPFL Santa Cruz	1.682/14	14,86%	26,00%
CPFL Leste Paulista	1.681/14	-7,67%	-5,32%
CPFL Jaguari	1.680/14	-3,73%	3,70%
CPFL Sul Paulista	1.677/14	-5,51%	0,43%
CPFL Mococa	1.679/14	-2,07%	-9,53%

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

**38.2 Empréstimos e Financiamentos: 38.2.1 CPFL Piratininga:** Em 31 de janeiro de 2014, a controlada CPFL Piratininga contratou financiamento em moeda estrangeira no montante de R\$ 151.875, junto ao Banco Citibank (Lei nº 4.131), sendo que todo o montante foi liberado na mesma data. Os juros serão pagos semestralmente e o principal será pago integralmente no final do 3º ano. Os recursos serão destinados para reforço de capital de giro e pagamento de dívidas.  
**38.2.2 CPFL Geração:** Em 31 de janeiro de 2014, a controlada CPFL Geração efetuou a quitação antecipada de dívida em moeda estrangeira contratada junto ao Citibank no montante de R\$ 151.875, que originalmente estava prevista para ocorrer em parcela única em agosto de 2016.  
**38.2.3 Aprovação para captação de recursos:** Em reunião do Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2014, foi aprovada captação no montante de até R\$ 2.467.500 pelas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Mococa e CPFL Geração, através de (i) emissão de debêntures com prazo de até 6 anos; e (ii) empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62 e/ou rolagem das dívidas atuais em moeda estrangeira com swap para CDI, Cédula de Crédito Bancário e/ou outras operações de capital de giro.  
**38.3 Aumento de capital - EPASA:** Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 31 de janeiro de 2014 na controlada em conjunto EPASA, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$ 65.000, sendo que a controlada CPFL Geração subscreveu e integrou o montante de R\$ 34.288, proporcionais à sua participação no capital social da EPASA. Aos demais acionistas, foi oferecida a faculdade para o exercício do direito de preferência de subscrição de ações a serem emitidas, em até 30 dias contados a partir da data do Aviso aos Acionistas, publicado em 01 de fevereiro de 2014.

**Parecer do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais, examinaram o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2013 e ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 10 de março de 2014, são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 26 de março de 2014.

<b>WILLIAM BEZERRA CAVALCANTI FILHO</b> Presidente	<b>DANIELA CORCI CARDOSO</b> Conselheira	<b>ADALGISO FRAGOSO DE FARIA</b> Conselheiro	<b>CELENE CARVALHO DE JESUS</b> Conselheira	<b>HELENA KERR DO AMARAL</b> Conselheira
<b>Conselho de Administração</b>			<b>Diretoria de Contabilidade</b>	
<b>MURILO CESAR L. S. PASSOS</b> Presidente	<b>RENÉ SANDA</b> Vice-Presidente	<b>CLAUDIO BORIN GUEDES PALAIA</b> <b>MARCELO PIRES DE OLIVEIRA DIAS</b> <b>DELI SOARES PEREIRA</b> <b>MARTIN ROBERTO GLOGOWSKY</b> <b>MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA</b> Conselheiros		
<b>Diretoria</b>		<b>ANTÔNIO CARLOS BASSALO</b> Diretor de Contabilidade e Planejamento Tributário CT CRC 1SP085131/O-8		
<b>WILSON P. FERREIRA JUNIOR</b> Diretor Presidente	<b>GUSTAVO ESTRELLA</b> Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	<b>CARLOS DA COSTA PARCIAS JÚNIOR</b> Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios		
<b>WILSON P. FERREIRA JUNIOR</b> acumulando a função de Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais	<b>HÉLIO VIANA PEREIRA</b> Diretor Vice-Presidente de Operações	<b>JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO</b> Diretor Vice-Presidente Administrativo		

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **CPFL Energia S.A.**

São Paulo - SP

**Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em

conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Demonstrações financeiras individuais: Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. **Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.9, em decorrência da mudança de política contábil referente aos benefícios a empregados, de acordo com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados e contabilização dos negócios controlados em conjunto, de acordo com o CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Ratificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. Decreto 7.945 de 7 de março de 2013: Sem modificar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício

findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 27, referente ao registro feito pela Companhia e suas controladas, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de abertura de 1º de janeiro de 2012 (derivados das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011), apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório em 10 de março de 2014, contendo parágrafos de ênfase, sem modificação da sua opinião, referentes: (i) à diferença na avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, enquanto que, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo; e (ii) à mudança de política contábil referente aos benefícios a empregados, de acordo com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados e contabilização dos negócios controlados em conjunto, de acordo com o CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjuntos, conforme descrito na nota explicativa nº 2.9.

Campinas, 10 de março de 2014

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Auditores Independentes**  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Marcelo Magalhães Fernandes**  
Contador - CRC nº 1 SP 203310/O-6